

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	95
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	97
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	98
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
Total	696.715
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	5.424.833	4.358.127
1.01	Ativo Circulante	1.855.941	1.201.587
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.697.534	913.958
1.01.03	Contas a Receber	925	522
1.01.03.01	Clientes	925	522
1.01.06	Tributos a Recuperar	75.008	60.917
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	75.008	60.917
1.01.07	Despesas Antecipadas	917	112
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	81.557	226.078
1.01.08.03	Outros	81.557	226.078
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Receber	61.435	32.406
1.01.08.03.02	Partes relacionadas - clientes	14.059	189.363
1.01.08.03.03	Outros créditos	6.063	4.309
1.02	Ativo Não Circulante	3.568.892	3.156.540
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	450.979	1.323.204
1.02.01.07	Tributos Diferidos	23.479	10.997
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.479	10.997
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	427.046	1.311.744
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	427.046	1.311.744
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	454	463
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	454	463
1.02.02	Investimentos	3.076.830	1.787.897
1.02.02.01	Participações Societárias	3.076.830	1.787.897
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.757.293	1.787.897
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	319.537	0
1.02.03	Imobilizado	20.454	20.882
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20.454	20.882
1.02.04	Intangível	20.629	24.557
1.02.04.01	Intangíveis	20.629	24.557

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	5.424.833	4.358.127
2.01	Passivo Circulante	710.057	735.883
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.234	23.850
2.01.01.01	Obrigações Sociais	23.234	23.850
2.01.02	Fornecedores	4.719	7.824
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.719	7.824
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.269	4.245
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.269	4.245
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	2.269	4.245
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	671.304	654.059
2.01.04.02	Debêntures	668.621	650.996
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.683	3.063
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	2.683	3.063
2.01.05	Outras Obrigações	8.531	45.905
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	930	44.626
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	617	18.204
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	312	26.422
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1	0
2.01.05.02	Outros	7.601	1.279
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	7.601	1.279
2.02	Passivo Não Circulante	3.346.121	2.599.989
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.303.901	2.554.087
2.02.01.02	Debêntures	3.301.975	2.552.161
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.926	1.926
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	1.926	1.926
2.02.02	Outras Obrigações	41.504	45.270
2.02.02.02	Outros	41.504	45.270
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	41.504	45.270
2.02.04	Provisões	716	632
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	716	632
2.03	Patrimônio Líquido	1.368.655	1.022.255
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	174.333	14.333
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.556	5.556
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	160.000	0
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	8.777	8.777
2.03.04	Reservas de Lucros	251.207	311.207
2.03.04.01	Reserva Legal	139.343	139.343
2.03.04.10	Reservas de dividendos	111.864	171.864
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	246.400	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	41.454	82.967	41.632	83.799
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-23.562	-51.492	-23.289	-44.199
3.03	Resultado Bruto	17.892	31.475	18.343	39.600
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	125.519	277.464	139.355	316.910
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.257	-30.490	-11.831	-24.096
3.04.02.02	Despesas operacionais, gerais e administrativas	-16.776	-31.008	-11.832	-24.099
3.04.02.03	Outras despesas/receitas líquidas	519	518	1	3
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.069	-2.137	-1.398	-2.796
3.04.05.01	Amortização de ágio de investimento	-1.069	-2.137	-1.398	-2.796
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	142.845	310.091	152.584	343.802
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	129.053	275.939	138.620	313.871
3.04.06.02	Juros sobre Capital Proprio recebidos	13.792	34.152	13.964	29.931
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	143.411	308.939	157.698	356.510
3.06	Resultado Financeiro	-43.057	-75.021	-24.000	-46.356
3.06.01	Receitas Financeiras	36.440	75.911	36.946	83.621
3.06.02	Despesas Financeiras	-79.497	-150.932	-60.946	-129.977
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	100.354	233.918	133.698	310.154
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.932	12.482	1.368	-55
3.08.01	Corrente	0	0	852	0
3.08.02	Diferido	8.932	12.482	516	-55
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	109.286	246.400	135.066	310.099
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	109.286	246.400	135.066	310.099
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,15686	0,35366	0,19386	0,44509

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	109.286	246.400	135.066	310.099
4.03	Resultado Abrangente do Período	109.286	246.400	135.066	310.099

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-36.242	21.666
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	29.198	32.697
6.01.01.01	Lucro Líquido	246.400	310.099
6.01.01.02	Depreciação e amortização	6.472	6.456
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	2.137	2.796
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária s/ emprest, financ, debêntures e arrendam mercantil	139.867	111.870
6.01.01.05	Prêmio de opções com base em ações	0	42
6.01.01.06	Tributos diferidos	-12.482	55
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-310.091	-343.802
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	6	0
6.01.01.09	Juros de mútuo/Debêntures privada/Cessão e Assunção de dívidas	-46.058	-55.919
6.01.01.10	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	123	1.005
6.01.01.11	Atualização monetária de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	28	81
6.01.01.12	Levantamento dos depósitos judiciais	52	18
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-4	-4
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição participação	2.748	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-65.440	-11.031
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-14.091	-6.085
6.01.02.03	Outros créditos	-1.754	-291
6.01.02.04	Fornecedores	-3.105	-3.130
6.01.02.05	Obrigações sociais	-616	-8.186
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-1.976	671
6.01.02.07	Outras contas a pagar	-192	-1.298
6.01.02.08	Partes relacionadas	-42.392	8.773
6.01.02.09	Despesas antecipadas	-805	-1.087
6.01.02.10	Pagamento dos depósitos judiciais	-39	-116
6.01.02.11	Pagamento de perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-67	-482
6.01.02.12	Clientes	-403	200
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	92.626	217.939
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e intangível	-2.122	-3.550
6.02.02	Aporte de Capital	-360.368	-18.344
6.02.03	Transações com partes relacionadas - Mutuo/Cessão e Assunção de dívida/Debenture Privada	1.104.756	0
6.02.04	Dividendos/JSCP recebidos	5.124	349.833
6.02.05	Aquisição de participação de acionistas não controladores	0	-60.000
6.02.06	Adiantamento para futuro aumento de Capital - Eco101	0	-50.000
6.02.07	Aquisição de participação - MGO(Eco050)	-654.764	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	727.192	-729.026
6.03.01	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-60.000	-446.741
6.03.02	Juros pagos	-84.275	-53.915
6.03.03	Captção de empréstimos, financiamentos e debêntures	895.847	0
6.03.04	Partes relacionadas - dívidas	0	3.756
6.03.05	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendam mercantil	-184.380	-232.126

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.03.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	160.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	783.576	-489.421
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	913.958	1.127.850
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.697.534	638.429

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	14.333	311.207	0	0	1.022.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	14.333	311.207	0	0	1.022.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	160.000	-60.000	0	0	100.000
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	160.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-60.000	0	0	-60.000
5.04.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	0	160.000	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	246.400	0	246.400
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	246.400	0	246.400
5.07	Saldos Finais	696.715	174.333	251.207	246.400	0	1.368.655

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-55.894	-176.772	-261.354	0	-494.020
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	81	0	0	0	81
5.04.06	Dividendos	0	0	-176.772	-256.561	0	-433.333
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.793	0	-4.793
5.04.08	Alienação/Aquisição de participação de acionistas não controladores	0	-55.975	0	0	0	-55.975
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	310.099	0	310.099
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	310.099	0	310.099
5.07	Saldos Finais	696.715	-50.419	139.343	48.745	0	834.384

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	93.427	94.368
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	93.427	94.368
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.658	-14.395
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-10.732	-9.020
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.444	-5.378
7.02.04	Outros	518	3
7.03	Valor Adicionado Bruto	71.769	79.973
7.04	Retenções	-8.609	-9.252
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.472	-6.456
7.04.02	Outras	-2.137	-2.796
7.04.02.01	Amortização ágio de investimentos	-2.137	-2.796
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	63.160	70.721
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	386.002	427.423
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	310.091	343.802
7.06.02	Receitas Financeiras	75.911	83.621
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	449.162	498.144
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	449.162	498.144
7.08.01	Pessoal	51.814	43.456
7.08.01.01	Remuneração Direta	43.378	35.965
7.08.01.02	Benefícios	5.776	5.290
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.660	2.201
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.022	10.624
7.08.02.01	Federais	-3.792	8.834
7.08.02.03	Municipais	1.770	1.790
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	152.970	133.965
7.08.03.01	Juros	110.523	105.266
7.08.03.02	Aluguéis	2.038	3.988
7.08.03.03	Outras	40.409	24.711
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	246.400	310.099
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	4.793
7.08.04.02	Dividendos	0	256.561
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	246.400	48.745

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	10.498.964	8.636.842
1.01	Ativo Circulante	2.620.125	2.049.249
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.273.314	1.605.561
1.01.03	Contas a Receber	148.235	117.611
1.01.03.01	Clientes	148.235	117.611
1.01.06	Tributos a Recuperar	82.927	61.806
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	82.927	61.806
1.01.07	Despesas Antecipadas	12.518	4.310
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	103.131	259.961
1.01.08.03	Outros	103.131	259.961
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários - vinculados	75.110	61.521
1.01.08.03.02	Outros créditos	27.830	24.229
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	191	174.211
1.02	Ativo Não Circulante	7.878.839	6.587.593
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	442.299	1.136.633
1.02.01.07	Tributos Diferidos	136.479	126.930
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	136.479	126.930
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.907	553
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	897.930
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	0	897.930
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	303.913	111.220
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	285.706	96.216
1.02.01.10.04	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	18.207	15.004
1.02.03	Imobilizado	122.511	98.137
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	122.511	98.137
1.02.04	Intangível	7.314.029	5.352.823
1.02.04.01	Intangíveis	7.314.029	5.352.823

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	10.498.964	8.636.842
2.01	Passivo Circulante	1.917.225	1.777.204
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	49.675	49.327
2.01.01.01	Obrigações Sociais	49.675	49.327
2.01.02	Fornecedores	139.537	80.620
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	139.537	80.620
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.219	33.707
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.219	33.707
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	32.219	33.707
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.404.818	1.352.661
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	192.095	59.328
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	192.095	59.328
2.01.04.02	Debêntures	1.208.600	1.287.451
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	4.123	5.882
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	4.123	5.882
2.01.05	Outras Obrigações	69.573	64.884
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	41.555	49.510
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	420	29.628
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	41.135	19.882
2.01.05.02	Outros	28.018	15.374
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	13.793	9.518
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	14.225	5.856
2.01.06	Provisões	221.403	196.005
2.01.06.02	Outras Provisões	221.403	196.005
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	118.020	79.074
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	74.418	71.841
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	28.965	45.090
2.02	Passivo Não Circulante	7.213.084	5.837.383
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.761.884	4.622.003
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.243.816	498.321
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.243.816	498.321
2.02.01.02	Debêntures	4.515.744	4.121.358
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.324	2.324
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	2.324	2.324
2.02.02	Outras Obrigações	941.441	847.496
2.02.02.02	Outros	941.441	847.496
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	93.331	82.666
2.02.02.02.05	Obrigações com poder concedente	848.110	764.830
2.02.03	Tributos Diferidos	53.265	22.666
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	53.265	22.666
2.02.04	Provisões	456.494	345.218
2.02.04.02	Outras Provisões	456.494	345.218
2.02.04.02.05	Provisões para perda cíveis, trabalhistas e tributárias	94.297	78.791
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	339.019	241.401
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	23.178	25.026
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.368.655	1.022.255

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	174.333	14.333
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.556	5.556
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	160.000	0
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	8.777	8.777
2.03.04	Reservas de Lucros	251.207	311.207
2.03.04.01	Reserva Legal	139.343	139.343
2.03.04.10	Reserva de dividendos	111.864	171.864
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	246.400	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	925.532	1.769.288	688.884	1.448.842
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-570.162	-1.069.225	-367.605	-736.084
3.03	Resultado Bruto	355.370	700.063	321.279	712.758
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-36.600	-72.365	-30.619	-62.076
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.600	-72.365	-30.619	-62.076
3.04.02.02	Despesas operacionais, gerais e administrativas	-39.174	-74.923	-30.938	-62.392
3.04.02.03	Outras despesas/Receitas liquidas	2.574	2.558	319	316
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	318.770	627.698	290.660	650.682
3.06	Resultado Financeiro	-144.001	-241.694	-80.295	-165.364
3.06.01	Receitas Financeiras	59.580	116.537	45.916	101.024
3.06.02	Despesas Financeiras	-203.581	-358.231	-126.211	-266.388
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	174.769	386.004	210.365	485.318
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-65.483	-139.604	-74.088	-169.933
3.08.01	Corrente	-68.154	-155.789	-65.673	-162.900
3.08.02	Diferido	2.671	16.185	-8.415	-7.033
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	109.286	246.400	136.277	315.385
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	109.286	246.400	136.277	315.385
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	109.286	246.400	135.066	310.099
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	1.211	5.286
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,15686	0,35366	0,19386	0,44509

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	109.286	246.400	136.277	315.385
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	109.286	246.400	136.277	315.385
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	109.286	246.400	135.066	310.099
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	1.211	5.286

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	524.377	693.264
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.024.144	962.936
6.01.01.01	Lucro Líquido	246.400	315.385
6.01.01.02	Depreciação e amortização	237.766	215.018
6.01.01.03	Encargos financeiros e variação monetária s/ emprést, financ, debêntures e arrendam mercantil	278.751	235.733
6.01.01.04	Variação monetária com o Poder Concedente	34.494	-50
6.01.01.05	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-2.171	-2.344
6.01.01.06	Baixa do ativo imobilizado e intangível	1.035	884
6.01.01.07	Provisão para manutenção e para construção de obras futuras	81.512	38.864
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para manutenção e construção de obras futuras	21.071	15.659
6.01.01.09	Plano de opções com base em ações	0	81
6.01.01.10	Tributos diferidos	-16.185	7.033
6.01.01.11	Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - PECLD	337	742
6.01.01.12	Capitalização de Juros	-30.466	-13.669
6.01.01.13	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	13.262	5.746
6.01.01.14	Atualização monetária de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	3.653	2.062
6.01.01.15	Levantamento dos depósitos judiciais	7.083	1.428
6.01.01.16	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-2.242	-1.298
6.01.01.17	Juros de mútuo/Debêntures privada/Cessão e Assunção de dívidas	-32.043	-42.367
6.01.01.18	Obrigações com o Poder Concedente	23.350	21.129
6.01.01.19	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	155.789	162.900
6.01.01.20	Atualização monetária aquisição de participação	2.748	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-499.767	-269.672
6.01.02.01	Clientes	-19.636	22.571
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-20.240	-10.391
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-7.973	-7.532
6.01.02.04	Outros créditos	-2.032	-456
6.01.02.05	Fornecedores	13.471	-17.122
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-4.043	-11.488
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-5.761	-5.441
6.01.02.08	Outras contas a pagar	7.347	-1.450
6.01.02.09	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-171.914	-156.827
6.01.02.10	Partes relacionadas	-7.990	-4.735
6.01.02.11	Pagamento de perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-3.231	-4.811
6.01.02.12	Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras futuras	-58.978	-44.578
6.01.02.13	Pagamento de depósitos judiciais	-193.511	-5.126
6.01.02.14	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-25.276	-22.286
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-22.040	-363.938
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-475.614	-303.941
6.02.04	Stock Option acionistas não controladores	0	3

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.02.06	Partes relacionadas - mútuos/cessão e assunção de dívida/debêntures privadas	1.103.973	0
6.02.07	Aquisição participação de acionistas não controladores	0	-60.000
6.02.08	Aquisição participação - MGO (Eco050) - líquido de caixa	-650.399	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	165.416	-855.160
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	29.244	-3.704
6.03.02	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	0	-6.281
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendam mercantil	1.157.559	43.637
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-864.407	-281.283
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-60.000	-446.741
6.03.07	Juros pagos	-256.980	-160.788
6.03.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	160.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	667.753	-525.834
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.605.561	1.582.156
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.273.314	1.056.322

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	14.333	311.207	0	0	1.022.255	0	1.022.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	14.333	311.207	0	0	1.022.255	0	1.022.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	160.000	-60.000	0	0	100.000	0	100.000
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	160.000	0	160.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-60.000	0	0	-60.000	0	-60.000
5.04.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	0	160.000	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	246.400	0	246.400	0	246.400
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	246.400	0	246.400	0	246.400
5.07	Saldos Finais	696.715	174.333	251.207	246.400	0	1.368.655	0	1.368.655

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305	97.948	1.116.253
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305	97.948	1.116.253
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-55.894	-176.772	-261.354	0	-494.020	-6.178	-500.198
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	81	0	0	0	81	3	84
5.04.06	Dividendos	0	0	-176.772	-256.561	0	-433.333	-2.156	-435.489
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.793	0	-4.793	0	-4.793
5.04.08	Alienação/Aquisição participação de acionistas não controladores	0	-55.975	0	0	0	-55.975	-4.025	-60.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	310.099	0	310.099	5.286	315.385
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	310.099	0	310.099	5.286	315.385
5.07	Saldos Finais	696.715	-50.419	139.343	48.745	0	834.384	97.056	931.440

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	1.899.488	1.571.705
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.350.535	1.256.734
7.01.02	Outras Receitas	46.118	51.101
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	502.835	263.870
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-758.261	-456.213
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-729.521	-432.933
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30.949	-23.522
7.02.04	Outros	2.209	242
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.141.227	1.115.492
7.04	Retenções	-237.766	-215.018
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-237.766	-215.018
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	903.461	900.474
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	116.537	101.024
7.06.02	Receitas Financeiras	116.537	101.024
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.019.998	1.001.498
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.019.998	1.001.498
7.08.01	Pessoal	137.763	119.757
7.08.01.01	Remuneração Direta	108.226	92.030
7.08.01.02	Benefícios	23.051	21.834
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.486	5.893
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	269.455	292.719
7.08.02.01	Federais	199.139	226.221
7.08.02.03	Municipais	70.316	66.498
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	366.380	273.637
7.08.03.01	Juros	204.223	183.678
7.08.03.02	Aluguéis	8.149	7.249
7.08.03.03	Outras	154.008	82.710
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	246.400	315.385
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	4.793
7.08.04.02	Dividendos	0	256.561
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	246.400	48.745
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	5.286

Comentário do Desempenho

Ecorodovias Concessões anuncia os resultados do 2T19

São Bernardo do Campo, 25 de julho de 2019 – A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019 (2T19) e ao primeiro semestre de 2019 (1S19). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 30 de junho de 2018 (2T18) e ao primeiro semestre de 2018 (1S18).

* Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos.

Destaques operacionais e financeiros

- ✓ O volume de tráfego atingiu 82.093 mil veículos equivalentes pagantes no 2T19.
- ✓ A receita líquida atingiu R\$925,5 milhões no 2T19. A receita líquida pró-forma totalizou R\$647,5 milhões no 2T19.
- ✓ O EBITDA pró-forma totalizou R\$485,8 milhões no 2T19 com margem de 75,0%.

Destaques (em milhões de R\$)	2T19	2T18	Var.	1S19	1S18	Var.
Volume de tráfego ¹	82.093	67.889	20,9%	156.415	143.642	8,9%
Tarifa Média	8,42	8,61	-2,2%	8,63	8,75	-1,3%
Receita líquida	925,5	688,9	34,4%	1.769,3	1.448,8	22,1%
EBITDA Pró-forma ²	485,8	410,4	18,4%	947,0	900,2	5,2%
Margem EBITDA Pró-forma ²	75,0%	74,4%	0,6 p.p.	74,8%	76,0%	-1,2 p.p.
Capex	293,4	205,5	42,8%	565,1	362,1	56,1%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Companhia

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é a empresa do Grupo EcoRodovias que, além de prestar serviços administrativos, financeiros, recursos humanos, tecnologia da informação e engenharia às empresas do Grupo, é a acionista direta das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas, Ecosul, Eco101, Ecofonte e Eco135 e Eco050 (MGO).

Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País.

Comentário do Desempenho

Análise do resultado

Volume de tráfego

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2T19	2T18	Var.	1S19	1S18	Var.
Pesados						
Ecovias dos Imigrantes	6.170	6.547	-5,8%	12.267	13.614	-9,9%
Ecopistas	6.451	6.056	6,5%	12.777	12.321	3,7%
Ecovia Caminho do Mar	2.898	3.158	-8,2%	5.538	6.593	-16,0%
Ecocataratas	4.045	3.971	1,9%	7.989	8.194	-2,5%
Ecosul	5.305	5.217	1,7%	9.256	9.540	-3,0%
Eco101	7.736	7.184	7,7%	15.515	14.828	4,6%
Ecoponte	1.045	1.018	2,6%	2.082	2.056	1,3%
Eco135 ²	6.379	-	n.m	6.379	-	n.m
Eco050 (MGO) ³	2.431	-	n.m	2.431	-	n.m
Total	42.461	33.151	28,1%	74.234	67.146	10,6%
Total Comparável¹	28.403	30.080	-5,6%	60.176	62.174	-3,2%
Leves						
Ecovias dos Imigrantes	7.945	7.540	5,4%	17.751	17.394	2,1%
Ecopistas	14.537	13.197	10,2%	30.337	28.211	7,5%
Ecovia Caminho do Mar	888	859	3,3%	2.367	2.325	1,8%
Ecocataratas	2.345	2.229	5,2%	5.213	5.134	1,5%
Ecosul	1.597	1.444	10,6%	3.508	3.411	2,8%
Eco101	3.596	3.391	6,0%	8.058	7.710	4,5%
Ecoponte	6.145	6.076	1,1%	12.368	12.311	0,5%
Eco135 ²	1.544	-	n.m	1.544	-	n.m
Eco050 (MGO) ³	1.035	-	n.m	1.035	-	n.m
Total	39.632	34.737	14,1%	82.181	76.496	7,4%
Total Comparável¹	31.697	30.735	3,1%	74.247	72.494	2,4%
Pesados+Leves						
Ecovias dos Imigrantes	14.115	14.087	0,2%	30.017	31.008	-3,2%
Ecopistas	20.988	19.254	9,0%	43.114	40.533	6,4%
Ecovia Caminho do Mar	3.786	4.017	-5,7%	7.905	8.918	-11,4%
Ecocataratas	6.389	6.200	3,0%	13.202	13.328	-0,9%
Ecosul	6.902	6.661	3,6%	12.763	12.951	-1,4%
Eco101	11.333	10.576	7,2%	23.573	22.537	4,6%
Ecoponte	7.190	7.094	1,3%	14.450	14.367	0,6%
Eco135 ²	7.923	-	n.m	7.923	-	n.m
Eco050 (MGO) ³	3.467	-	n.m	3.467	-	n.m
VOLUME DE TRÁFEGO CONSOLIDADO	82.093	67.889	20,9%	156.415	143.642	8,9%
VOLUME COMPARÁVEL¹	60.101	60.816	-1,2%	134.423	134.668	-0,2%

¹ Desconsiderando a cobrança de pedágio para eixos suspensos e os períodos de 21 de maio a 03 de junho cujo tráfego foi impactado pela greve dos caminhoneiros em 2018 e cobrança de pedágio na Eco135 e Eco050 (MGO)

² Considera cobrança de pedágio a partir de 01/04/2019

³ Considera cobrança de pedágio a partir de 01/06/2019

Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Comentário do Desempenho

O tráfego do 2T19 foi impactado pelo início da isenção de cobrança de pedágio para os eixos suspensos na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas a partir de 29 de maio de 2018 e na Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas a partir de 31 de maio de 2018. A isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos, nas concessões acima mencionadas, será objeto de reequilíbrio contratual. Adicionalmente, a partir de 01 de abril de 2019 a concessionária Eco135 iniciou a cobrança de pedágio e a partir de 31 de maio de 2019, a Eco050 (MGO) passou a ser consolidada no grupo.

O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes apresentou aumento de 20,9% no 2T19 e de 8,9% no 1S19. Desconsiderando a cobrança de pedágio para eixos suspensos, os períodos de 21 de maio a 03 de junho cujo tráfego foi impactado pela greve dos caminhoneiros no ano de 2018, e o início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO), o tráfego consolidado apresentou redução de 1,2% no 2T19 e de 0,2% no 1S19.

O tráfego consolidado mensal do 2T19 apresentou as seguintes variações: crescimento de 5,7% em abril, de 32,6% em maio e de 27,3% em junho. Desconsiderando a cobrança de pedágio para eixos suspensos, os períodos de 21 de maio a 03 de junho, cujo tráfego foi impactado pela greve dos caminhoneiros no ano de 2018 e o início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO), o tráfego consolidado apresentou redução de 2,0% em abril, de 3,1% em maio e aumento de 1,3% em junho.

Os principais motivos para a variação do 2T19 estão detalhados abaixo:

- ✓ **Veículos Pesados** – aumento de 28,1% no 2T19. Desconsiderando a cobrança de pedágio para eixos suspensos, os períodos de 21 de maio a 03 de junho cujo tráfego foi impactado pela greve dos caminhoneiros no ano de 2018, e o início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO), o tráfego de veículos pesados apresentou redução de 5,6%. Excluindo os efeitos anteriormente mencionados, a Ecopistas apresentou aumento no fluxo de veículos pesados pela indução de tráfego após isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos e bloqueio parcial nas vias de acesso à rodovia concorrente. A Eco101 teve o tráfego influenciado pelo ciclo da indústria de celulose da região. A Ecovias dos Imigrantes e Ecovia Caminho do Mar registraram redução no tráfego influenciado pelo fluxo de escoamento das safras de soja e milho por essas concessões.
- ✓ **Veículos Leves** – crescimento de 14,1% no 2T19. Desconsiderando os períodos de 21 de maio a 03 de junho cujo tráfego foi impactado pela greve dos caminhoneiros no ano de 2018 e o início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO), o tráfego de veículos leves apresentou aumento de 3,1%. Excluindo o efeito anteriormente mencionado, as concessionárias apresentaram crescimento de tráfego em função do crescimento do fluxo de turistas no feriado de Corpus Christi, dado que em 2018 o feriado ocorreu durante o período da greve dos caminhoneiros.

Tarifa média

TARIFA MÉDIA (em R\$ / veículos equivalentes pagantes)	2T19	2T18	Var.	1S19	1S18	Var.
Ecovias dos Imigrantes	15,70	15,72	-0,2%	15,96	15,96	0,0%
Ecopistas	3,60	3,42	5,3%	3,60	3,42	5,3%
Ecovia Caminho do Mar	18,39	16,98	8,3%	18,61	17,13	8,7%
Ecocataratas	12,79	11,90	7,5%	12,85	11,94	7,6%
Ecosul	12,83	11,81	8,6%	12,75	11,76	8,4%
Eco101	4,21	4,44	-5,0%	4,21	4,43	-5,0%
Ecoponte	4,30	4,16	3,4%	4,30	4,13	4,2%
Eco135 ¹	7,20	-	n.m.	7,20	-	n.m.
Eco050 (MGO) ²	5,31	-	n.m.	5,31	-	n.m.
TARIFA MÉDIA CONSOLIDADA	8,42	8,61	-2,2%	8,63	8,75	-1,3%

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

¹ Considera cobrança de pedágio a partir de 01/04/2019

² Considera cobrança de pedágio a partir de 01/06/2019

A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante apresentou redução de 2,2% no 2T19 e de 1,3% no 1S19 devido, principalmente, ao início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO) e reajuste tarifário na Eco101, com redução de 4,2% em junho de 2018 e pela estabilidade da tarifa média da Ecovias dos

Comentário do Desempenho

Imigrantes em virtude da maior representatividade de tráfego nas praças de pedágio de bloqueio que possuem tarifas menores. Comparativamente, a inflação atingiu 3,4% no período.

Em junho de 2018, foram aprovados o reajuste da tarifa de pedágio da Ecoponte em 4,9% e o reajuste da tarifa de pedágio da Eco101 que resultou em uma redução de 4,2%, sendo +2,7% devido à aplicação do IPCA e o restante referente a postergações de investimentos.

Em dezembro de 2018, foram aprovados os reajustes contratuais das tarifas básicas de 7,8% na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas.

Em janeiro de 2019, foi aprovado reajuste das tarifas de pedágio na Ecosul composto pelo reajuste anual previsto em contrato de 7,7%, degrau tarifário positivo de 1,6% relativo ao aditivo contratual assinado em 2015, e decréscimo tarifário de 1,0% em decorrência dos impactos de revisões ordinária e extraordinária, totalizando um reajuste de 8,4%.

Em julho de 2019, foram aplicados os reajustes de 4,7%, pelo IPCA, na Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas. No caso do reajuste contratual da Ecovias dos Imigrantes, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada e compensada através de extensão de prazo da concessão. O reajuste de julho de 2019 na Ecovias dos Imigrantes seria de 7,6% caso fosse aplicado o IGP-M. Atualmente, a diferença tarifária acumulada, considerando exclusivamente a substituição do IGP-M pelo IPCA, é de 6,9% e será compensada com extensão do prazo da concessão.

Receita bruta

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2T19	2T18	Var.	1S19	1S18	Var.
Concessões Rodoviárias						
Receita de Pedágio	691,1	584,3	18,3%	1.350,5	1.256,7	7,5%
Ecovias dos Imigrantes	221,6	221,5	0,0%	479,2	495,0	-3,2%
Ecopistas	75,5	65,8	14,8%	155,1	138,5	12,0%
Ecovia Caminho do Mar	69,6	68,2	2,1%	147,1	152,7	-3,7%
Ecocataratas	81,7	73,8	10,8%	169,6	159,1	6,6%
Ecosul	88,6	78,7	12,6%	162,8	152,3	6,9%
Eco101	47,8	46,9	1,8%	99,2	99,8	-0,6%
Ecoponte	30,9	29,5	4,8%	62,1	59,3	4,8%
Eco135	57,0	-	n.m.	57,0	-	n.m.
Eco050 (MGO)	18,4	-	n.m.	18,4	-	n.m.
Receita Acessória e Serviços	22,7	25,0	-9,4%	46,1	51,1	-9,8%
Receita de Construção	278,0	137,1	102,7%	502,8	263,9	90,6%
RECEITA BRUTA	991,8	746,5	32,9%	1.899,5	1.571,7	20,9%
RECEITA BRUTA PRÓ-FORMA¹	713,8	609,3	17,1%	1.396,7	1.307,8	6,8%

¹ Exclui Receita de Construção

- ✓ **Receita de Pedágio:** crescimento 18,3% no 2T19. O aumento no trimestre foi resultante, principalmente, do aumento do tráfego nas concessionárias e do início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO), mesmo com a isenção de cobrança de pedágio para eixos suspensos nas concessões Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas, a qual será objeto de reequilíbrio contratual. A isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos reduziu a receita de pedágio em R\$139,8 milhões entre maio de 2018 e junho de 2019, sendo R\$32,1 milhões no 2T19 e R\$63,0 milhões no 1S19;
- ✓ **Receita Acessória e Serviços:** redução de 9,4% no 2T19, devido a diminuição de receita acessória na Ecoponte, que no 2T18, foi influenciada pelo incremento do recebimento de receitas retroativas.
- ✓ **Receita de Construção:** aumento de 102,7%, devido as obras de acesso à Linha Vermelha na Ecoponte, obras na Eco135 e Eco050 (MGO), obras relacionadas ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes e às duplicações da Eco101.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais no 2T19 tiveram aumento de 52,9% e totalizaram R\$609,3 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$164,3 milhões, com aumento de 16,6% em relação ao 2T18. Os custos caixa comparáveis, excluindo os gastos com consultoria especializada dedicada a apoiar as investigações em curso relacionadas as Operações Integração I e II e os custos caixa relativos ao início de operação da Eco135 e Eco050 (MGO), apresentou redução de 1,1%, mesmo com a inflação de 3,4% do período.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2T19	2T18	Var.	1S19	1S18	Var.
Pessoal	69,2	60,7	14,0%	137,8	119,8	15,0%
Conservação e manutenção	24,0	20,6	16,2%	45,1	39,2	15,2%
Serviços de terceiros	34,9	28,0	24,6%	69,1	59,2	16,8%
Seguros, poder concedente e locações	18,9	16,9	12,2%	37,6	34,3	9,7%
Outros	17,3	14,7	17,4%	32,4	28,3	14,6%
Custos caixa	164,3	140,9	16,6%	322,0	280,7	14,7%
Custos caixa comparáveis¹	138,9	140,5	-1,1%	280,4	280,3	0,0%
Depreciação e amortização	124,5	108,6	14,6%	237,8	215,0	10,6%
Provisão manutenção ICPC 01	42,6	11,9	n.m.	81,5	38,9	109,7%
Custo de construção de obras ICPC 01	278,0	137,1	102,7%	502,8	263,9	90,6%
TOTAL	609,3	398,5	52,9%	1.144,1	798,5	43,3%

¹Exclui gastos não comparáveis da Eco135 e Eco050 (MGO)

- ✓ **Pessoal:** aumento de 14,0% devido, principalmente, aos custos referentes ao início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO) (+R\$7,4 milhões), excluindo esse efeito, o custo com pessoal apresentou aumento de 1,8% abaixo do reajuste salarial de 3,9%
- ✓ **Conservação e Manutenção:** aumento de 16,2%, devido ao início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO) (+R\$2,5 milhões), excluindo esse efeito, essa conta apresentou aumento de 3,9% em função de maiores gastos com limpeza das rodovias;
- ✓ **Serviços de Terceiros:** aumento de 24,6%, devido ao início da operação da Eco135 e Eco050 (+R\$6,5 milhões), excluindo a Eco135 e Eco050(MGO) e as investigações (+R\$4,3 milhões), houve redução de 13,7%;
- ✓ **Seguros, Poder Concedente e Locações:** aumento de R\$2,0 milhões, pelo início da operação da Eco135 e Eco050 (MGO) (+R\$2,7 milhões), excluindo a Eco135 e a Eco050 (MGO), essa rubrica apresentou redução de 3,7%;
- ✓ **Outros:** aumento de R\$2,6 milhões, pelo início da operação da Eco135 e da Eco050 (MGO) (+R\$2,0 milhões), e em função de aumento de custos com energia elétrica na Ecovias dos Imigrantes;
- ✓ **Custo de Construção:** aumento de 102,7% no 2T19, devido as obras de acesso à Linha Vermelha na Ecoponte, obras na Eco135 e Eco050 (MGO), obras relacionadas ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes e às duplicações da Eco101;
- ✓ **Provisão para Manutenção:** aumento de R\$30,7 milhões em função do aumento do custo do CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo) na apuração dos ciclos futuros de manutenção e reversão de provisão para manutenção na Ecovias dos Imigrantes, no 2T18, devido a verificação de constituição acima do necessário para o período remanescente do contrato de concessão e aumento na Ecopistas em função da adequação do cronograma; e
- ✓ **Depreciação e Amortização:** aumento de 14,6%, devido à maior base de ativos nas concessionárias.

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$485,8 milhões no 2T19 (+18,4%), com margem de 75,0% (+0,6 p.p.). O EBITDA no 2T19 foi de R\$443,2 milhões com margem 47,9%.

EBITDA (em milhões de R\$)	2T19	2T18	Var.	1S19	1S18	Var.
Lucro líquido	109,3	135,1	-19,1%	246,4	310,1	-20,5%
Depreciação e amortização	124,5	108,6	14,6%	237,8	215,0	10,6%
Resultado Financeiro	144,0	80,3	79,3%	241,7	165,4	46,2%
Imposto de renda e contribuição social	65,5	74,5	-12,2%	139,6	170,9	-18,3%
Receita de Construção	278,0	137,1	102,7%	502,8	263,9	90,6%
Custo de Construção	(278,0)	(137,1)	102,7%	(502,8)	(263,9)	90,6%
EBITDA ¹	443,2	398,5	11,2%	865,5	861,3	0,5%
Margem EBITDA ¹	47,9%	57,9%	-17,2%	48,9%	59,4%	-17,7%
Provisão para manutenção ²	42,6	11,9	n.m.	81,5	38,9	109,7%
EBITDA Pró-Forma ³	485,8	410,4	18,4%	947,0	900,2	5,2%
Margem EBITDA Pró-Forma ³	75,0%	74,4%	0,6 p.p.	74,8%	76,0%	-1,2 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com a instrução CVM 527/2012.

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

³ Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido no 2T19 foi negativo em R\$144,0 milhões, aumento de 79,3% devido, principalmente, devido a contabilização da variação monetária da outorga da Eco135 (não caixa); e crescimento da variação monetária sobre debêntures pelo aumento do IPCA, compensado parcialmente pelo maior valor de juros capitalizados.

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	2T19	2T18	Var.	1S19	1S18	Var.
Juros sobre Debêntures	(83,2)	(74,4)	11,9%	(163,7)	(153,2)	6,9%
Variação Monetária sobre Debêntures	(34,2)	(18,1)	89,0%	(66,6)	(43,9)	51,5%
Juros sobre Financiamentos	(21,1)	(11,8)	79,3%	(34,4)	(23,1)	48,8%
Juros sobre arrendamento IFRS 16	(1,6)	(2,2)	-30,2%	(3,4)	(4,5)	-25,5%
Variação monetária sobre direito de outorga	(34,5)	0,4	n.m.	(34,5)	0,1	n.m.
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(0,7)	(0,9)	-19,6%	(2,3)	(2,0)	14,7%
Receitas de Aplicações Financeiras	22,1	18,2	21,3%	47,0	42,3	11,0%
Ajuste a Valor Presente s/prov.para manut.	(11,0)	(7,8)	41,0%	(21,1)	(15,7)	34,6%
Juros Capitalizados	18,6	7,2	159,4%	30,5	13,7	122,9%
Outros Efeitos Financeiros	1,6	9,1	-82,3%	6,9	21,1	-67,5%
TOTAL	(144,0)	(80,3)	79,3%	(241,7)	(165,4)	46,2%

Endividamento

A EcoRodovias Concessões e Serviços e suas Controladas encerraram junho de 2019 com saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$2.366,6 milhões. Endividamento bruto (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com o poder concedente) atingiu R\$8.028,6 milhões, sendo 76% dos vencimentos no longo prazo. As obrigações com o poder concedente eram de R\$861,9 milhões, que inclui o saldo da outorga da Eco135 de R\$855,4 milhões. A Dívida Líquida encerrou o trimestre em R\$4.800,1 milhões, com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA pró-forma de 2,6x.

Comentário do Desempenho

Para mais informações sobre o endividamento, vide notas explicativas da Demonstração Financeira da Companhia.

Endividamento (em milhões de R\$)	30/06/2019	31/12/2018	Var.
Curto Prazo	1.404,8	1.352,7	3,9%
Debêntures	1.208,6	1.287,5	-6,1%
Empréstimos e financiamentos	192,1	59,3	n.m.
Arrendamento Mercantil IFRS 16	4,1	5,9	-29,9%
Longo Prazo	5.761,9	4.621,9	24,7%
Debêntures	4.515,7	4.121,4	9,6%
Empréstimos e financiamentos	1.243,8	498,3	149,6%
Arrendamento Mercantil IFRS 16	2,3	2,2	4,0%
Dívida Bruta¹	7.166,7	5.974,6	20,0%
Obrigações com Poder Concedente	861,9	774,3	11,3%
Endividamento Bruto	8.028,6	6.748,9	19,0%
Caixa e equivalentes de caixa	2.366,6	1.682,1	40,7%
Endividamento Financeiro Líquido¹	5.662,0	5.066,8	11,7%
Dívida Líquida¹	4.800,1	4.292,5	11,8%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente

Capex

O Capex consolidado totalizou R\$293,4 milhões no 2T19. Os principais investimentos do trimestre nas concessões rodoviárias foram as duplicações da Eco101, obras na Eco135, obras de acesso à Linha Vermelha na Ecoponte e obras relacionadas ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes.

CAPEX (em milhares de R\$)	2T19			1S19		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecovias dos Imigrantes	45,2	5,1	50,3	83,8	8,7	92,5
Ecopistas	15,9	5,6	21,5	26,3	5,9	32,2
Ecovia Caminho do Mar	0,9	11,8	12,7	1,8	16,6	18,4
Ecocataratas	(1,3)	17,4	16,1	5,6	24,5	30,1
Ecosul (100%)	12,8	1,7	14,5	31,4	3,3	34,6
ECO101 (100%)	62,3	-	62,3	125,9	-	125,9
Ecoponte	71,6	-	71,6	114,4	-	114,4
ECO135	23,8	-	23,8	95,9	-	95,9
ECO050	18,9	-	18,9	18,9	-	18,9
Ecorodovias C&S	1,7	-	1,7	2,1	-	2,1
TOTAL CONSOLIDADO	251,8	41,6	293,4	506,1	59,0	565,1

Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2019: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2019

Comentário do Desempenho

totalizaram R\$197,5 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("EcoRodovias Concessões" ou "Companhia") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas, agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5 – São Bernardo do Campo/SP.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 9.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2019 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 23 de julho de 2019.

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018"), publicadas no dia 15 de março de 2019 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.g às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.g às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, houve alterações após a aplicação do CPC06 (R2) operações de arrendamento mercantil, conforme descrito a seguir:

O CPC06 (R2) passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

Notas Explicativas

O CPC06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva modificada como método de transição em 1º de janeiro de 2019, com efeitos desde o início do primeiro período praticável e conseqüentemente, os períodos comparativos estão sendo reapresentados.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a CPC06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC06 (R2) apenas para os contratos vigentes 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com o CPC06 (R2), a Companhia optou também por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses) e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a R\$10 mil (considerado pela Companhia).

Os impactos mais significativos identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

- Arrendamento de máquinas, equipamentos, veículos e imóveis.

Adicionalmente, o CPC06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da CPC06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos nas Nota Explicativas nºs 13 e 14.

A Companhia aplicou os requerimentos da CPC06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	Originalmente Divulgado		Originalmente Divulgado		Originalmente Divulgado		Originalmente Divulgado	
	CPC06 (R2)	Reapresentado 01/01/2019	CPC06 (R2)	Reapresentado 01/01/2018	CPC06 (R2)	Reapresentado 01/01/2019	CPC06 (R2)	Reapresentado 01/01/2018
BALANÇO PATRIMONIAL- ATIVO								
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	913.958	913.958	1.127.850	1.127.850	-	1.127.850	1.605.561	1.582.156
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	61.521	60.234
Clientes	522	522	812	812	-	812	117.611	132.857
Tributos a recuperar	60.917	60.917	25.337	25.337	-	25.337	61.806	26.234
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	32.406	32.406	23.303	23.303	-	23.303	-	-
Despesas antecipadas	112	112	26	26	-	26	4.310	3.924
Partes relacionadas	189.363	189.363	436.423	436.423	-	436.423	174.211	415.275
Outros créditos	4.309	4.309	5.917	5.917	-	5.917	24.229	15.964
Total do ativo circulante	1.201.587	1.201.587	1.619.668	1.619.668	-	1.619.668	2.049.249	2.236.644
NÃO CIRCULANTE								
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	15.004	8.834
Tributos diferidos	10.997	10.997	7.940	7.940	-	7.940	126.930	120.533
Depósitos judiciais	463	463	320	320	-	320	96.216	97.166
Partes relacionadas	1.311.744	1.311.744	1.112.321	1.112.321	-	1.112.321	897.930	724.423
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	-	82
Despesas antecipadas	-	-	-	-	-	-	553	682
Investimentos:								
Em controladas e coligadas	1.787.897	1.787.897	1.498.418	1.498.418	-	1.498.418	-	-
Imobilizado	20.882	20.882	24.073	24.073	-	24.073	98.137	100.578
Intangível	19.568	24.557	19.565	25.079	5.514	25.079	5.344.617	4.191.652
Total do ativo não circulante	3.151.551	3.156.540	2.662.637	2.668.151	5.514	2.668.151	6.579.387	5.243.950
TOTAL DO ATIVO	4.353.138	4.358.127	4.282.305	4.287.819	5.514	4.287.819	8.628.636	7.480.594

Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	Originalmente Divulgado		Reapresentado		Originalmente Divulgado		Reapresentado	
	CPC06 (R2)	31/12/2018	CPC06 (R2)	01/01/19	CPC06 (R2)	31/12/2017	CPC06 (R2)	01/01/18
BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO								
CIRCULANTE								
Fornecedores	7.824	7.824	6.239	6.239	80.620	80.620	80.620	75.663
Empréstimos e financiamentos	650.996	650.996	763.320	763.320	59.328	59.328	59.328	56.261
Debêntures	-	-	-	-	1.287.451	1.287.451	1.287.451	942.137
Arrendamento Mercantil	3.063	3.063	3.063	3.063	5.882	5.882	5.882	6.516
Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.245	4.245	535	535	33.707	33.707	33.707	31.880
Obrigações sociais e trabalhistas	23.850	23.850	26.753	26.753	49.327	49.327	49.327	52.462
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	8.641	8.641	-	-	-	8.641
Partes relacionadas	44.626	44.626	1.536	1.536	49.510	49.510	49.510	16.918
Obrigações com Poder Concedente	-	-	-	-	9.518	9.518	9.518	13.062
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	45.090	45.090	45.090	24.550
Provisão para manutenção	-	-	-	-	79.074	79.074	79.074	90.503
Provisão para construção de obras futuras	-	-	71.841	71.841	-	-	-	57.568
Outras contas a pagar	1.279	1.279	1.347	1.347	5.856	5.856	5.856	11.496
Total do passivo circulante	732.820	735.883	808.371	811.434	1.771.322	1.777.204	1.777.204	1.387.657
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	498.321	498.321	498.321	434.748
Debêntures	2.552.161	2.552.161	2.447.205	2.447.205	4.121.358	4.121.358	4.121.358	4.220.552
Arrendamento Mercantil	-	1.926	-	1.926	-	-	2.324	-
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	2.451	2.451	2.324	3.649
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	632	632	1.071	1.071	22.666	22.666	22.666	16.767
Provisão para manutenção	-	-	-	-	78.791	78.791	78.791	86.012
Provisão para construção de obras futuras	-	-	-	-	241.401	241.401	179.121	179.121
Obrigações com Poder Concedente	-	-	-	-	25.026	25.026	25.026	7.698
Outras contas a pagar	45.270	45.270	7.353	7.353	764.830	764.830	764.830	-
Total do passivo não circulante	2.598.063	1.926	2.599.989	2.458.080	5.835.059	5.837.383	4.983.200	4.986.849
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	696.715	696.715	696.715	696.715	696.715	696.715	696.715	696.715
Reserva de lucros - legal	139.343	139.343	139.343	139.343	139.343	139.343	139.343	139.343
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	171.864	171.864	176.772	176.772	171.864	176.772	176.772	176.772
Reserva de lucros - orçamento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital - alienação part. acionistas não controladores	5.556	5.556	5.475	5.475	5.556	5.475	5.556	5.475
Ações em tesouraria	8.777	8.777	-	-	8.777	8.777	-	-
Atribuído à participação dos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas	1.022.255	1.022.255	1.018.305	1.018.305	1.022.255	1.022.255	1.022.255	1.018.305
Total do patrimônio líquido	1.022.255	1.022.255	1.018.305	1.018.305	1.022.255	1.116.253	1.022.255	97.948
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.353.138	4.989	4.358.127	4.282.305	8.628.636	8.628.636	8.628.636	7.490.759

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Controladora					
	Três meses findos em			Seis meses findos em		
	Originalmente Divulgado	Reapresentado	Originalmente Divulgado	Reapresentado	Originalmente Divulgado	Reapresentado
30/06/2018	CPC06 (R2)	30/06/2018	CPC06 (R2)	30/06/2018	CPC06 (R2)	30/06/2018
RECEITA LÍQUIDA	41.632	-	41.632	83.799	-	83.799
Custo dos serviços prestados	(24.111)	822	(23.289)	(45.844)	1.645	(44.199)
LUCRO BRUTO	17.521	822	18.343	37.955	1.645	39.600
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(11.832)	-	(11.832)	(24.099)	-	(24.099)
Despesas gerais e administrativas	152.821	(237)	152.584	344.273	(471)	343.802
Resultado de equivalência patrimonial	(1.398)	-	(1.398)	(2.796)	-	(2.796)
Amortização do ágio sobre investimento	1	-	1	3	-	3
Outras receitas (despesas), líquidas						
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	157.113	585	157.698	355.336	1.174	356.510
RESULTADO FINANCEIRO	36.946	-	36.946	83.621	-	83.621
Receitas financeiras	(59.807)	(1.139)	(60.946)	(127.700)	(2.277)	(129.977)
Despesas financeiras	(22.861)	(1.139)	(24.000)	(44.079)	(2.277)	(46.356)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	134.252	(554)	133.698	311.257	(1.103)	310.154
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	852	-	852	-	-	-
Correntes	408	108	516	(270)	215	(55)
Diferidos	1.260	108	1.368	(270)	215	(55)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	135.512	(446)	135.066	310.987	(888)	310.099
ATRIBUÍVEL A:						
Participação dos acionistas controladores	135.512	(446)	135.066	310.987	(888)	310.099
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	0,19450	-	0,19386	0,44636	-	0,44509

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Três meses findos em			Seis meses findos em		
	Originalmente Divulgado 30/06/2018	Reapresentado 30/06/2018	CPC06 (R2)	Originalmente Divulgado 30/06/2018	CPC06 (R2)	Reapresentado 30/06/2018
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
RECEITA LÍQUIDA	688.884	-	688.884	1.448.842	-	1.448.842
Custo dos serviços prestados	(369.178)	1.573	(367.605)	(739.232)	3.148	(736.084)
LUCRO BRUTO	319.706	1.573	321.279	709.610	3.148	712.758
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(30.938)	-	(30.938)	(62.392)	-	(62.392)
Despesas gerais e administrativas	319	-	319	316	-	316
Outras receitas (despesas), líquidas						
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	289.087	1.573	290.660	647.534	3.148	650.682
RESULTADO FINANCEIRO	45.916	-	45.916	101.024	-	101.024
Receitas financeiras	(123.962)	(2.249)	(126.211)	(261.891)	(4.497)	(266.388)
Despesas financeiras	(78.046)	(2.249)	(80.295)	(160.867)	(4.497)	(165.364)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	211.041	(676)	210.365	486.667	(1.349)	485.318
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(65.673)	-	(65.673)	(162.900)	-	(162.900)
Correntes	(8.645)	230	(8.415)	(7.492)	459	(7.033)
Diferidos	(74.318)	230	(74.088)	(170.392)	459	(169.933)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	136.723	(446)	136.277	316.275	(890)	315.385
ATRIBUÍVEL A:						
Participação dos acionistas controladores	135.512	(446)	135.066	310.987	(888)	310.099
Participação dos acionistas não controladores	1.211	-	1.211	5.288	(2)	5.286
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	0,19450	-	0,19386	0,44636	-	0,44509

Notas Explicativas

	Controladora					
	Três meses findos em			Seis meses findos em		
	Originalmente Divulgado 30/06/2018	Reapresentado 30/06/2018	CPC06 (R2) 30/06/2018	Originalmente Divulgado 30/06/2018	Reapresentado 30/06/2018	CPC06 (R2) 30/06/2018
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	135.512	(446)	135.066	310.987	(888)	310.099
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	135.512	(446)	135.066	310.987	(888)	310.099
	Consolidado					
	Três meses findos em			Seis meses findos em		
	Originalmente Divulgado 30/06/2018	Reapresentado 30/06/2018	CPC06 (R2) 30/06/2018	Originalmente Divulgado 30/06/2018	Reapresentado 30/06/2018	CPC06 (R2) 30/06/2018
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	136.723	(446)	136.277	316.275	(890)	315.385
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	136.723	(446)	136.277	316.275	(890)	315.385
ATRIBUÍVEL A:						
Acionista controladores	135.512	(446)	135.066	310.987	(888)	310.099
Acionistas não controladores	1.211	-	1.211	5.288	(2)	5.286

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Reservas de capital, Opções Outorgadas e Ações em tesouraria		Dividendos adicionais propostos		Lucros acumulados		Patrimônio líquido dos acionistas controladores		Participação dos acionistas não controladores		Patrimônio líquido consolidado	
	Capital social	Ações em tesouraria	Legal	Legal	Legal	Legal	Legal	Legal	Legal	Legal	Legal	Legal
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	696.715	5.475	139.343	176.772	-	-	1.018.305	97.948	1.116.253			
Opções de ações outorgadas reconhecidas	-	81	-	-	-	-	81	3	84			
Aquisição de participação de acionistas não controladores	-	(55.975)	-	-	-	-	(55.975)	(4.025)	(60.000)			
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(4.793)	-	(4.793)	-	(4.793)			
Dividendos distribuídos (R\$0,72 por ação)	-	-	-	(176.772)	(256.561)	-	(433.333)	(2.156)	(435.489)			
Lucro do exercício	-	-	-	-	310.099	-	310.099	5.286	315.385			
SALDOS EM 30 de JUNHO DE 2018	696.715	(50.419)	139.343	-	48.745	-	834.384	97.056	931.440			

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora		Consolidado	
	Originalmente Divulgado	Reapresentado	Originalmente Divulgado	Reapresentado
	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2018
RECEITAS	94.368	94.368	1.571.705	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(14.395)	(14.395)	(456.291)	78
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO	79.973	79.973	1.115.414	78
RETENÇÕES	(8.494)	(758)	(212.972)	(2.046)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	71.479	70.721	902.442	(1.968)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	427.894	(471)	101.024	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	499.373	(1.229)	1.003.466	(1.968)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PESSOAL	43.456	-	119.757	-
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	10.839	(215)	293.178	(459)
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	134.091	(126)	274.256	(619)
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	310.987	(888)	316.275	(890)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	Controladora		Consolidado	
	Originalmente Divulgado	Reapresentado	Originalmente Divulgado	Reapresentado
	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	19.263	21.666	688.070	5.194
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	217.939	217.939	(363.938)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(726.623)	(729.026)	(849.966)	(5.194)

Notas Explicativas

4. RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$10.372 entre as rubricas "Caixa líquido nas atividades de financiamento" e "Variação nos ativos e passivos" para o período findo em 30 de junho de 2018. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Pagamento ao Poder Concedente".

	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa líquido nas atividades de financiamento			
Pagamento de obrigações ao Poder Concedente	(16.653)	10.372	(6.281)
Variações nos ativos e passivos			
Pagamento de obrigações ao Poder Concedente	(11.914)	(10.372)	(22.286)
	<u>(28.567)</u>	-	<u>(28.567)</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	2.083	69	38.535	30.244
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	603.533	744.241	1.048.428	1.186.688
Operações compromissadas (b)	-	-	15.719	5.275
Certificado de depósito bancário CDB (c)	1.091.778	169.467	1.164.466	358.765
Aplicações automáticas (d)	140	181	6.166	24.589
	<u>1.697.534</u>	<u>913.958</u>	<u>2.273.314</u>	<u>1.605.561</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de junho de 2019 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 76,72% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 15,52% em Operações Compromissadas, 0% em Letra Financeira (LF), 7,76% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 29,93% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,52% em Operações Compromissadas, 1,19% em Letra Financeira (LF), 62,37% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,54% em 30 de junho de 2019 (99,10% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

Notas Explicativas

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75% do CDI em 30 de junho de 2019 (75% em 31 de dezembro de 2018), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 100,63% do CDI em 30 de junho de 2019 (100,57% em 31 de dezembro de 2018), sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação financeira conhecida como APLIC AUT no Banco Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – VINCULADOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fundo de investimento	78.427	76.525
Outros títulos e valores mobiliários	14.890	-
	<u>93.317</u>	<u>76.525</u>
Circulante	75.110	61.521
Não circulante	18.207	15.004

O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 97,57% do CDI em 30 de junho de 2019 (97,57% em 31 de dezembro de 2018) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas diretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A – Ecopistas, para a Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. , Concessionária Ponte-Rio Niterói – Ecoponte e Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. – Eco050, para operações com o BNDES.

Notas Explicativas

7. CLIENTES - CONSOLIDADO

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pedágio eletrônico (a)	139.661	110.670
Receitas acessórias (b)	7.720	5.464
Outras contas a receber	4.106	4.392
Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (c)	<u>(3.252)</u>	<u>(2.915)</u>
	<u>148.235</u>	<u>117.611</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada período para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	135.979	116.252
Vencidos:		
Até 30 dias	11.598	1.061
De 31 a 90 dias	516	267
De 91 a 120 dias	142	31
Acima de 120 dias	<u>3.252</u>	<u>2.915</u>
	<u>151.487</u>	<u>120.526</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Saldo inicial no período	2.915	1.263
Constituição de PECLD no período	384	1.763
Valores recuperados no período	<u>(47)</u>	<u>(1.021)</u>
Saldo no fim do período	<u>3.252</u>	<u>2.005</u>

Notas Explicativas

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Cível	-	-	4.118	4.598
Tributário	-	-	5.720	5.930
Trabalhista	454	463	11.456	10.087
Meio Ambiente	-	-	59.349	51.649
MPF-PR (vide Nota Explicativa nº18.iii)	-	-	181.328	-
Desapropriações	-	-	23.735	23.952
	454	463	285.706	96.216

Os principais saldos dos depósitos judiciais estão divulgados na Nota Explicativa nº 21 Provisão para Perdas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias.

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Saldos no início do período	463	320	96.216	97.166
Aquisição participação (Vide Nota Explicativa nº9.a)	-	-	820	-
Adições	39	116	193.511	5.126
Baixas	(52)	(18)	(7.083)	(1.428)
Atualização monetária	4	4	2.242	1.298
Saldos no fim do período	454	422	285.706	102.162

Notas Explicativas

9. INVESTIMENTOS – CONTROLADORA

	Valores das investidas em 30/06/2019		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência Patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	30/06/2018
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	596.800	159.757	100%	100%	596.800	449.003	159.757	178.225
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	215.942	46.220	100%	100%	215.942	46.893	46.220	47.562
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	580.960	5.255	100%	100%	580.960	581.910	5.255	15.194
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (a)	400.919	12.165	100%	100%	400.919	349.094	12.165	6.396
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (b)	98.659	50.804	100%	100%	98.659	48.718	50.804	45.431
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	(3.812)	(13.437)	100%	100%	(3.812)	9.625	(13.437)	(272)
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	192.640	14.074	100%	100%	192.640	155.531	14.074	21.669
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	300.340	35.512	100%	100%	300.340	105.109	35.512	29.597
EIL-02 S.A.	1	-	100%	100%	1	1	-	-
Argovias Adm. e Participações S.A. (**)	334.968	(259)	100%	-	334.968	-	(259)	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	-	-	-	-	39.876	42.013	-	-
					<u>2.757.293</u>	<u>1.787.897</u>	<u>310.091</u>	<u>343.802</u>

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº3.

(**) Vide Nota Explicativa nº9.a)

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 30 de junho de 2019:

	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Eco135	EIL02	Eco050 (*)	Argovias (*)
Ativo	276.461	420.172	1.987.904	440.209	1.610.608	901.657	473.770	1.121.962	1	1.413.755	397.160
Ativo circulante	40.320	77.909	242.297	43.632	154.306	46.673	74.703	107.602	1	52.240	443
Ativo não circulante	236.141	342.263	1.745.607	396.577	1.456.302	854.984	399.067	1.014.360	-	1.361.515	396.717
Passivo	276.461	420.172	1.987.904	440.209	1.610.608	901.657	473.770	1.121.962	1	1.413.755	397.160
Passivo circulante	28.297	310.169	254.808	47.626	205.568	69.751	122.150	45.080	-	137.467	62.192
Passivo não circulante	32.222	11.344	1.136.296	92.243	824.080	430.987	158.980	1.080.694	-	879.571	-
Patrimônio líquido	215.942	98.659	596.800	300.340	580.960	400.919	192.640	(3.812)	1	396.717	334.968

(*) Vide Nota Explicativa nº9.a)

Notas Explicativas

	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Eco135	EIL02	Eco050(*)	Argovias (*)
Receita líquida	136.272	181.034	536.546	164.180	173.029	203.579	173.717	143.638	-	62.960	(0)
Custos dos serviços prestados	(53.739)	(86.967)	(234.156)	(91.167)	(111.970)	(174.289)	(145.588)	(114.833)	-	(61.932)	-
Lucro/(prejuízo) bruto	82.533	94.067	302.390	73.013	61.059	29.290	28.129	28.805	-	1.028	(0)
Despesas gerais e administrativas	(8.680)	(7.995)	(21.900)	(7.686)	(9.828)	(6.872)	(5.514)	(5.031)	-	-	-
Outras receitas/(despesas), líquidas	-	44	1.540	11	327	115	-	(2)	-	5	-
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	107
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro	73.853	86.116	282.030	65.338	51.558	22.533	22.615	23.772	-	1.033	107
Resultado financeiro	(4.971)	(9.703)	(46.358)	(9.981)	(46.687)	(6.224)	(3.528)	(37.989)	-	(864)	(365)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	68.882	76.413	235.672	55.357	4.871	16.309	19.087	(14.217)	-	169	(258)
Imposto de renda e contribuição social	(22.662)	(25.609)	(75.915)	(19.845)	384	(4.144)	(5.013)	780	-	(62)	-
Lucro/(prejuízo) líquido do período	46.220	50.804	159.757	35.512	5.255	12.165	14.074	(13.437)	-	107	(258)

(*) Vide Nota Explicativa nº9.a)

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2019 está apresentada a seguir:

	31/12/2018	Aporte de Capital	Aquisição de Participação (*)	Dividendos e JSCP propostos	Amortização de ágio	Equivalência patrimonial	30/06/2019
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	449.003	-	-	(11.960)	-	159.757	596.800
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	46.893	125.000	-	(2.171)	-	46.220	215.942
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	581.910	-	-	(6.205)	-	5.255	580.960
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	349.094	44.000	-	(4.340)	-	12.165	400.919
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.	48.718	-	-	(863)	-	50.804	98.659
Ecosul	9.625	-	-	-	-	(13.437)	(3.812)
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	155.531	27.368	-	(4.333)	-	14.074	192.640
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	105.109	164.000	-	(4.281)	-	35.512	300.340
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas EIL-02 S.A.	1	-	-	-	-	-	1
Argovias Adm. e Participações S.A. (**)	42.013	-	335.227	-	-	(259)	334.968
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	1.787.897	360.368	335.227	(2.137)	(2.137)	-	39.876
	1.787.897	360.368	335.227	(34.153)	(2.137)	310.091	2.757.293

(*) Vide Nota Explicativa nº9.a)

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2018 está apresentada a seguir:

	31/12/2017	Aporte de Capital	Dividendos e JSCP propostos	Amortização de ágio	Aumento no percentual de investimentos	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/06/2018 Ajustado (*)
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	419.623	-	(205.408)	-	-	-	178.225	392.440
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	60.462	-	(59.672)	-	-	15	47.562	48.367
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	554.973	-	(8.335)	-	-	5	15.194	561.837
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	127.631	-	-	-	-	5	6.396	134.032
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	-	18.344	-	-	-	-	(272)	18.072
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	143.599	-	(4.170)	-	-	8	21.669	161.106
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	114.207	-	(35.315)	-	-	-	29.597	108.489
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	30.317	-	(44.292)	-	4.025	6	45.431	35.487
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	47.606	-	-	(2.796)	-	-	-	44.810
	1.498.418	18.344	(357.192)	(2.796)	4.025	39	343.802	1.504.640

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de Arrendamento Mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

a) Em 1 de fevereiro de 2018, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A ("Companhia"), através de Fato Relevante, comunicou ao mercado que celebrou contrato de Compra e Venda de Ações entre a ECS e os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. ("MGO"), referente a aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da MGO, por meio, na data do fechamento, da holding da Argovias Administração e Participações S.A. O valor da aquisição é de R\$600.000 e será liquidado na data do fechamento. A conclusão da aquisição está sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), BNDES e demais credores. A MGO é responsável pela administração, recuperação, conservação, manutenção, ampliação e operação da BR-050 (GO/MG), no trecho de 436,6 quilômetros que começa no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até a divisa de Minas Gerais com São Paulo, no município de Delta (MG). O contrato foi assinado em 5 de dezembro de 2013 e expira em 8 de janeiro de 2044. Em 30 de maio de 2019, foram concluídas todas as condições precedentes, a efetiva transferência das ações da Argovias para a Companhia e a quitação da aquisição, pelo valor atualizado de R\$654.764. O excedente entre o preço de aquisição e o valor justo de R\$330.999 foi preliminarmente alocado em ágio.

Notas Explicativas

A seguir a Companhia apresenta os saldos de balanço incorporados na data de aquisição.

	<u>31/05/2019</u>	<u>31/05/2019</u>	
Ativo:		Passivo:	
Caixa e equivalentes de caixa	4.365	Empréstimos e Financiamentos	791.013
Títulos e Valores Mobiliários	43.865	Debêntures	86.102
Clientes	1.1.325	Fornecedores	45.446
Tributos a recuperar	881	Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.273
Despesas antecipadas	1.589	Obrigações sociais e trabalhistas	4.391
Depósitos judiciais	820	Partes relacionadas	55
Outros créditos	1.569	Obrigações com o Poder Concedente	455
Imobilizado	33.307	Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	1.822
Intangível	1.310.925	Provisão para manutenção	93.688
		Tributos diferidos	37.235
		Outras contas a pagar	8.939
		Total do passivo	<u>1.073.419</u>
		Patrimônio Líquido	
		Capital social	281.250
		Reserva legal	2.136
		Reserva de lucro	40.586
		Prejuízos acumulados	11.255
			<u>335.227</u>
Total do ativo	<u>1.408.646</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.408.646</u>

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

a) Controladora

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual			
			Saldos em 31/12/2018			Saldos em 30/06/2019				Saldos em 31/12/2018		
			Adições	Baixa	Transf.	Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.
<i>Hardwares</i>			18.891	199	-	19.090	(16.429)	(559)	(16.988)	2.102	2.462	
Máquinas e equipamentos	20,0	5,9	1.103	-	-	1.103	(762)	(36)	(798)	305	341	
Móveis e utensílios	10,0	6,5	1.693	5	-	1.698	(939)	(64)	(1.003)	695	754	
Terrenos	10,0	7,5	2.192	2	-	2.194	-	-	-	2.194	2.192	
Edificações	-	-	8.461	-	526	8.987	(2.589)	(180)	(2.769)	6.218	5.872	
Veículos	10,0	4,0	157	-	-	157	(141)	(5)	(146)	11	16	
Instalações	20,0	6,4	8.388	132	(6)	8.864	(3.455)	(424)	(3.879)	4.985	4.933	
Imobilizado em andamento	10,0	9,6	197	-	(191)	6	-	-	-	6	197	
Benefetórias	-	-	6.966	-	355	7.321	(2.851)	(532)	(3.383)	3.938	4.115	
Outros	4,0	14,5	1	-	-	1	(1)	-	(1)	-	-	
	-	-	48.049	338	(6)	49.421	(27.167)	(1.800)	(28.967)	20.454	20.882	

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual			
			Saldos em 31/12/2017			Saldos em 30/06/2018				Saldos em 31/12/2017		
			Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.
<i>Hardwares</i>			18.218	387	-	18.605	(14.432)	(1.008)	-	(15.440)	3.165	3.786
Máquinas e equipamentos	20,0	10,9	1.072	26	-	1.098	(689)	(37)	-	(726)	372	383
Móveis e utensílios	10,0	6,8	1.810	1	(82)	1.729	(921)	(67)	-	(906)	823	889
Terrenos	-	-	2.185	-	-	2.185	-	-	-	-	2.185	2.185
Edificações	10,0	4,3	8.459	-	-	8.459	(2.243)	(180)	-	(2.423)	6.036	6.216
Veículos	20,0	19,1	153	-	4	157	(116)	(15)	-	(131)	26	37
Instalações	10,0	9,6	7.779	55	313	8.147	(2.660)	(390)	-	(3.050)	5.097	5.119
Imobilizado em andamento	-	-	2.377	-	(2.166)	211	-	-	-	-	211	2.377
Benefetórias	4,0	5,0	5.102	-	6.950	6.950	(2.021)	(173)	(2.147)	(2.320)	4.630	-
Outros	-	-	47.155	469	(82)	47.542	(23.082)	(1.997)	-	(24.997)	22.545	3.081
	-	-	47.155	469	(82)	47.542	(23.082)	(1.997)	82	(24.997)	22.545	24.073

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Saldos em 31/12/2018			Custo			Aquisição de Participação (*)			Saldos em 30/06/2019			Depreciação			Residual		
			Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.
Hardwares	20,0	4,8	277.281	3.894	(252)	(74)	26.594	307.443	(6.689)	252	(4.245)	(249.442)	58.001	38.521						
Máquinas e equipamentos	10,0	6,2	51.379	1.235	(36)	(3)	7.647	60.222	(1.614)	36	(1.529)	(31.926)	28.296	22.560						
Móveis e utensílios	10,0	7,7	18.146	399	-	7	775	19.327	(703)	-	(307)	(12.921)	6.406	6.235						
Terrenos	-	-	6.519	2	-	2	-	6.523	-	-	-	-	6.523	6.519						
Edificações	10,0	4,0	8.461	-	-	526	-	8.987	(180)	-	-	(2.769)	6.218	5.872						
Veículos	20,0	12,1	17.768	262	-	(35)	11.957	29.952	(14.098)	(1.077)	(7.585)	(22.760)	7.192	3.670						
Instalações	10,0	9,6	8.388	132	(6)	350	-	8.864	(424)	-	(3.879)	(3.879)	4.985	4.933						
Benefetórias	4,0	-	6.966	-	-	355	-	7.321	(532)	-	(3.383)	(3.383)	3.938	4.115						
Outros	-	4,1	14.744	178	-	(4.731)	-	10.191	(207)	-	(9.239)	(9.239)	952	5.712						
			409.652	6.102	(294)	(3.603)	46.973	458.830	(11.426)	288	(13.666)	(336.319)	122.511	98.137						

(*) Vide Nota Explicativa nº9.a)

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Saldos em 31/12/2017			Custo			Aquisição de Participação (*)			Saldos em 30/06/2018			Depreciação			Residual		
			Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.
Hardwares	20,0	7,3	256.090	3.043	(46)	-	259.087	(220.396)	(9.423)	46	(153)	(229.926)	29.161	35.694						
Máquinas e equipamentos	10,0	6,4	49.034	1.113	(4)	-	50.143	(25.782)	(1.585)	4	106	(27.257)	22.886	23.252						
Móveis e utensílios	10,0	7,9	17.645	127	(136)	-	17.636	(10.727)	(695)	123	47	(11.252)	6.384	6.918						
Terrenos	-	-	6.512	-	-	-	6.512	-	-	-	-	-	6.512	6.512						
Edificações	10,0	4,3	8.459	-	-	-	8.459	(2.251)	(180)	(6)	-	(2.437)	6.022	6.208						
Veículos	20,0	11,2	16.552	-	-	1.087	17.639	(12.434)	(991)	-	(375)	(13.800)	3.839	4.118						
Instalações	10,0	9,6	7.779	55	-	313	8.147	(3.038)	(390)	-	-	(3.428)	4.719	4.741						
Benefetórias	4,0	5,0	-	-	-	-	6.950	-	(173)	-	(2.147)	(2.320)	4.630	-						
Outros	-	-	23.827	3	(871)	(8.350)	14.609	(10.692)	(583)	-	2.522	(8.753)	5.856	13.135						
			385.898	4.341	(1.057)	-	389.182	(285.320)	(14.020)	167	-	(299.173)	90.009	100.578						

Em 30 de junho de 2019, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Veículos" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 13). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 14) não existem garantias dessa natureza.

A administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 30 de junho de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL

a) Controladora

	Taxa média ponderada de amortização - %		Custo		Amortização		Residual					
	Taxa anual de amortização - %	31/12/2018	Adições	Transf.	Adoção CPC06 (R2)	Saldos em 30/06/2019	Saldos em 31/12/2018	Adições	Saldos em 30/06/2019	30/06/2019	31/12/2018	Ajustado (*)
Intangível em andamento	-	1.274	125	(1.040)	-	359	-	-	-	-	359	1.274
Softwares de terceiros	20,0	78.689	1.659	-	-	80.348	(60.395)	(3.731)	(64.126)	16.222	18.294	18.294
Direito de uso - CPC06 (R2)	-	79.963	1.784	(1.040)	4.989	85.696	(60.395)	(4.672)	(941)	4.048	4.989	24.557
					4.989	85.696	(60.395)	(4.672)	(65.067)	20.629	24.557	

	Taxa média ponderada de amortização - %		Custo		Amortização		Residual					
	Taxa anual de amortização - %	31/12/2017	Adições	Transf.	Adoção CPC06 (R2)	Saldos em 30/06/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 30/06/2018	30/06/2018	31/12/2017	Ajustado (*)
Intangível em andamento	-	1.770	141	(713)	-	1.198	-	-	-	1.198	1.770	1.770
Softwares de terceiros	20,0	70.685	2.940	713	-	74.338	(52.890)	(3.701)	(56.591)	17.747	17.795	17.795
Direito de uso - CPC06 (R2)	-	72.455	3.081	-	5.514	81.050	(52.890)	(758)	(4.756)	4.756	5.514	25.079
					5.514	81.050	(52.890)	(4.459)	(57.349)	23.701	25.079	

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

b) Consolidado

	Taxa média ponderada de amortização - %		Custo		Amortização		Residual						
	Taxa anual de amortização - %	31/12/2018	Adições	Baixa	Adoção CPC06 (R2)	Saldos em 30/06/2019	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixa	Saldos em 30/06/2019	30/06/2019	31/12/2018	Ajustado (*)
Contratos de concessão (i)	-	7.504.632	67.272	(1.021)	68.416	9.087.366	(2.724.425)	(218.693)	7	(79.106)	(3.022.217)	6.065.149	4.780.207
Intangível em andamento (ii)	-	358.015	483.605	(15)	115.915	1.218.689	-	-	-	-	-	1.218.689	358.015
Softwares de terceiros	20,0	103.833	3.633	-	548	109.778	(78.716)	(5.009)	-	(1.432)	(85.157)	24.621	25.117
Outros	-	181.290	-	-	(181.276)	14	(12)	-	-	-	(12)	2	181.278
Direito de uso - CPC06 (R2)	-	8.147.770	554.510	(1.036)	3.603	8.206	(2.803.153)	(226.340)	7	(80.538)	(3.110.024)	7.314.029	5.352.823
					8.206	8.206	(2.803.153)	(226.340)	7	(80.538)	(3.110.024)	7.314.029	5.352.823

Notas Explicativas

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo			Adoção			Amortização			Residual		
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Transf.	CPC06 (R2)	Adoção CPC06 (*)	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixa	Transf.	Saldos em 30/06/2018 Ajustado (*)	Saldos em 30/06/2018 Ajustado (*)	31/12/2017 Ajustado (*)
Contratos de concessão	-	(ii)	6.142.696	777.482	124.884	-	7.045.062	(2.360.241)	(194.030)	6	2.370	(2.551.895)	4.493.167	3.782.455
Softwares de terceiros	20,0	10,4	92.494	4.212	473	-	97.179	(68.709)	(4.922)	-	-	(73.631)	23.548	23.785
Outros	-	-	181.290	-	-	-	181.290	(5)	-	-	-	(5)	181.285	181.285
Intangível em andamento	-	-	204.127	183.752	(127.727)	-	260.152	-	-	-	-	-	260.152	204.127
Direito de uso - CPC06 (R2)	-	-	6.620.607	965.446	(2.370)	10.165	7.593.848	(2.428.955)	(200.998)	6	2.370	(2.627.577)	4.966.271	4.201.817

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

(**) Vide Nota Explicativa nº09.a)

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 30 de junho de 2019, as principais adições nesta rubrica referem-se a: (i) Ecovia R\$4.193 revitalização e manutenção de pavimento e R\$59 sinalização vertical na BR 277; (ii) Ecosul R\$2.196 restauração de pavimento e sinalização horizontal e vertical do Polo de Pelotas; (iii) Ecovias R\$1.964 restauração de pavimento rígido, sinalização horizontal, manutenção da infraestrutura viária e serviços de contenção nas encostas no Sistema Anchieta-Imigrantes; (iv) Ecocataratas R\$3.349 restauração de pavimentos, terraplenagem e transição de tripla onda nas obras de duplicação Rodovia BR 277; (v) Ecopistas R\$20.141 restauração de pavimento, desapropriação e OAEs e dispositivos de segurança Rodovia Carvalho e Pinto e Ayrton Senna; (vi) Eco101 R\$5.761 sinalização horizontal e vertical e elementos de segurança, duplicação dos subtrechos F36 KM 3214 KM 33/EF35 KM 3052 AO KM; (vii) Ecoponte R\$13.068 desapropriações; (viii) Eco135 R\$6.638 obras na rodovia para operações iniciais, instalações elétricas e prediais, e desenvolvimento de software.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 30 de junho de 2019 foram 5,75% a.a. em 30 de junho de 2018).

(iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período findo em 30 de junho de 2019 referem-se a: (i) Ecovia R\$3.402 restauração e manutenção de pavimento do acesso na BR 277; (ii) Ecosul R\$29.357 restauração e levantamento dos parâmetros de pavimentos e implantação de drenos de pavimentos do Polo Pelotas; (iii) Ecovias R\$72.943 implantação da conexão Porto-Cidade de Santos e restauração de pavimento; (iv) Ecocataratas R\$606 inspeção extraordinária de OAEs e estrutura e supervisão de obras da BR277; (v) Ecopistas R\$3.379 drenos de pavimentos da rodovia Carvalho Pinto, e restauração de passivos ambientais e condicionantes ambientais; (vi) Eco101 R\$93.661 obras de duplicação subtrecho EF35 Km 3052 e interseções Diamante Km 2980 e subtrecho F36 KM 3214 KM 33, pavimentos e passarela nos contornos de Vitória e sistema de drenagem em obra de arte; (vii) Ecoponte R\$104.116 inspeções especiais de pavimentos e obras de arte especiais, e obras da construção da Alça da Linha Vermelha e Alça de ligação Av. Portuária/Av. Bras; (viii) Eco135 R\$78.257 obras iniciais para operações na rodovia e R\$53.373 capitalização de encargos e AVP sobre ônus da Concessão (sem desembolso de caixa inicial).

No período findo em 30 de junho de 2019, foram capitalizados R\$30.466 referentes a encargos financeiros (R\$13.669 em 30 de junho de 2018) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o período findo em 30 de junho de 2019 é de 28,20%a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 16,29%a.a. para o período findo em 30 de junho de 2018.

Notas Explicativas

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

a) Tributos diferidos – Consolidado

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o período:

	Balanço patrimonial				Resultado	
	31/12/2018	Aquisição de Participação (**)	Adições	Baixas	30/06/2019	30/06/2019
Realização do ágio na incorporação	29.505	-	-	(4.792)	24.713	(4.792)
Provisão para perdas cíveis, tributárias e trabalhistas	8.388	595	1.779	(209)	10.553	1.570
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	15.162	-	13.259	(423)	27.998	12.836
Provisão para manutenção	108.962	31.854	34.630	(20.495)	154.951	14.135
AVP ônus Concessão	1.447	-	-	(140)	1.307	(140)
Provisão para Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	576	-	62	(192)	446	(130)
Outros	3.247	3.559	1.452	(446)	7.812	1.006
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT	(45.088)	-	-	1.671	(43.417)	1.671
Juros capitalizados	(17.935)	(73.243)	(10.292)	321	(101.149)	(9.971)
IR e CS diferido - ativo (passivo)	104.264	(37.235)	40.890	(24.705)	83.214	
Receita (despesa) de IR e CS diferido						16.185

(*) Refere-se ao prejuízo fiscal da companhia e das controladas diretas: ECO101 e Eco135.

(**) Vide Nota Explicativa nº9.a)

Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$136.479 no ativo não circulante e R\$53.265 no passivo não circulante.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das investidas seja realizada sem até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado					
	30/06/2019			31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
2019	25.558	3.462	29.020	39.341	783	40.124
2020	42.214	6.089	48.303	37.259	487	37.746
2021	38.004	4.439	42.443	35.683	(1.849)	33.834
2022	8.432	3.271	11.703	6.539	(1.849)	4.690
2023	8.618	3.442	12.060	6.540	(1.849)	4.691
Posteriores a 2023 (*)	13.653	(73.968)	(60.315)	1.568	(18.389)	(16.821)
	136.479	(53.265)	83.214	126.930	(22.666)	104.264

(*) Os valores acima de dez anos estão relacionados a amortização de ágio, ICPC01 e ajuste do RTT.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018 Ajustado (*)	30/06/2019	30/06/2018 Ajustado (*)
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	233.918	310.154	386.004	485.318
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(79.532)	(105.452)	(131.241)	(165.008)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	93.819	106.716	-	-
Juros sobre capital próprio	-	1.630	-	1.630
Despesas indedutíveis	(22)	(18)	(46)	(58)
Gratificações diretores	(336)	(1.219)	(688)	(1.497)
Amortização de ágio	(727)	(951)	(3.214)	(3.438)
Ajuste Prêmio <i>Stock Option</i> 2017	-	(748)	-	(1.591)
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	582	545
AVP Ônus Concessão	-	-	(3.865)	-
Outros	(720)	(13)	(1.132)	(516)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	12.482	(55)	(139.604)	(169.933)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(155.789)	(162.900)
Impostos diferidos	12.482	(55)	16.185	(7.033)
Taxa efetiva	-	-	36,2%	35,0%

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

Notas Explicativas

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Saldo no início do período provisão IR/CS	45.090	24.550
Despesa IR/CS DRE	155.789	162.900
Total de IR/CS pagos	(171.914)	(156.827)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	28.965	30.623

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa de juros	30/06/2019	31/12/2018
Em moeda nacional:					
Finem (a)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45% a.a.	29.294	27.390
Finem (a)	Ecopistas	06/2025	TJLP + 2,45% a.a.	79.016	92.799
Finame (b)	Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	146	168
Finame (b)	Ecocataratas	07/2020	6,0% a.a.	191	292
Finame (c)	Ecosul	11/2020	6,0% a.a.	72	97
Financiamento (d)	Eco101	12/2019	21,27% a.a.	58	111
Finem (e)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	233.725	187.354
Finem (f)	Eco101	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	164.859	169.567
Finem (g)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48% a.a.	59.705	51.410
Finem (g)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48% a.a.	83.793	28.461
Capital de giro - Banco ABC Brasil(h)	Eco050	09/2019	CDI + 2,90% a.a.	22.352	-
Arrendamento Mercantil					
Bradesco (i)	Eco050	02/2021	100% CDI	790	-
BNDES (j)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	217.206	-
BDMG (k)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	90.570	-
FINISA - CEF (l)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	264.223	-
FDCO - CEF (m)	Eco050	04/2036	7,5% a.a.	127.823	-
1ª Emissão NP - Argovias (n)	Argovias	11/2019	CDI + 2,25%	62.088	-
				<u>1.435.911</u>	<u>557.649</u>
Circulante				192.095	59.328
Não circulante				1.243.816	498.321

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/06/2019	31/12/2018
2020	47.073	59.742
2021	78.825	50.393
2022	72.442	42.211
2023	75.767	43.710
2024	76.152	42.081
Posteriores a 2024	893.557	260.184
	<u>1.243.816</u>	<u>498.321</u>

Notas Explicativas

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	30/06/2019	30/06/2018
Saldo no início do período	557.649	491.009
Adições	114.052	43.637
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº9.a)	791.013	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº25)	36.772	25.172
Pagamento do principal	(26.080)	(28.037)
Pagamento de juros	(37.495)	(19.090)
Saldo no fim do período	<u>1.435.911</u>	<u>512.691</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Referência	Controlada	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre os patrimônio líquido e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%, com base nas informações da emissora; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção de índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção de índices.	Alienação do bem.
(d)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção de índices.	Sem garantias.
(e)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção de índices.	Cessão de direitos creditórios.
(f)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção de índices.	Cessão de direitos creditórios.
(g)	Ecoponte	BNDES	Da Devedora: (i) A razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30; Da garantidora Ecorodovias Concessões: (i) Razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.	Penhor das ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações. Financiado pela Ecorodovias.
(h)	ECO050	Banco ABC	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia.
(i)	ECO050	Arrendamento-Bradesco	Não exigem manutenção dos índices	Nota promissória.
(j)	ECO050	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(k)	ECO050	BDMG	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(l)	ECO050	Caixa/ FINISA	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(m)	ECO050	FDCO	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(n)	Argovias	Nota Promissória	Não exigem manutenção dos índices	Avalista Ecorodovias Concessões.

Notas Explicativas

A Companhia apresenta, a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros:

<u>Índices financeiros Ecopistas (a)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	36,07%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,20	1,46x
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 4,00	2,97x
<u>Índices financeiros Ecoponte (g)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	46%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	7,50x
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤ 4,00	0,91x
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (ECS)	≤ 4,00	2,61x

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados são como segue:

Ecopistas

<u>Subcrédito (*)</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
a	99.200	99.200	78.316	114 mensais
b	85.528	85.528	63.635	114 mensais
d	27.999	27.999	16.210	114 mensais
e	21.769	21.769	8.163	10 anuais
j	11.281	11.281	4.156	114 mensais
k	22.438	22.438	8.267	114 mensais
l	9.169	9.169	2.751	10 anuais
Total	<u>277.384</u>	<u>277.384</u>	<u>181.498</u>	

(*) Os subcréditos c, f, g, h e i foram cancelados, através do 5º aditivo assinado em novembro de 2018.

Eco101

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
A	188.473	188.473	27.484	150 parcelas
B1	66.237	66.237	4.491	150 parcelas
B2	52.483	52.483	2.453	150 parcelas
B3	117.799	117.799	4.006	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	<u>882.144</u>	<u>424.992</u>	<u>38.434</u>	

Notas Explicativas**Ecoponte**

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.465	62.649	2.850	177 mensais
b	177.920	83.406	-	157 mensais
c	118.915	-	-	163 mensais
d	10.625	787	21	177 mensais
e	2.075	415	-	157 mensais
Total	417.000	147.257	2.871	

14. DEBÊNTURES

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
1ª Emissão - Ecovia Caminho do Mar	05/2019	106,5% CDI a.a.	-	-	-	161.665
1ª Emissão - Ecosul	05/2020	107,0% CDI a.a.	-	-	172.926	167.414
2ª Emissão - Ecosul	06/2020	110,75% CDI a.a.	-	-	50.109	50.123
3ª Emissão - Ecosul	06/2020	107,0% CDI a.a.	-	-	58.002	56.122
2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	04/2024	IPCA + 3,80/4,28% a.a.	-	-	1.108.609	1.244.376
1ª Emissão - Ecocataratas	05/2019	106,5% CDI a.a.	-	-	-	208.864
1ª Emissão - Ecopistas	01/2023	IPCA+8,25% a.a.	-	-	381.396	407.560
1ª Emissão - Eco101	12/2020	CDI + 2,56% a.a.	-	-	26.088	25.000
1a Emissão - Eco135	08/2020	117,5% CDI	-	-	226.383	226.224
1a Emissão - Eco050	12/2029	IPC-A + 9% a.a.	-	-	83.036	-
1ª Emissão - Ecorodovias Concessões (Cessão)	04/2020	CDI+1,18% a.a./CDI+1,42% a.a.	186.556	373.229	186.556	373.229
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões (2ª e 3ª Série)	10/2022	IPCA+5,0% a.a./IPCA+5,35% a.a.	731.556	694.574	731.556	694.574
3ª Emissão - Ecorodovias Concessões	08/2019	106% CDI a.a.	219.994	220.106	219.994	220.106
4ª Emissão Privada - Ecorodovias Concessões	04/2025	105,50% do CDI	352.801	341.696	-	-
5ª Emissão - Ecorodovias Concessões	12/2019	114,85% CDI a.a.	103.656	100.113	103.656	100.113
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª e 2ª Série)	11/2022	106,00% e 110,25% do CDI	1.077.194	1.076.561	1.077.194	1.076.561
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (3ª Série)	11/2024	IPCA+6,0% a.a.	33.078	31.346	33.078	31.346
7ª Emissão - Ecorodovias Concessões	06/2025	IPCA + 7,4438%	362.835	365.532	362.835	365.532
8ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª e 3ª Série)	04/2026	CDI + 1,30% a.a. / IPCA+ 5,50%	902.926	-	902.926	-
			3.970.596	3.203.157	5.724.344	5.408.809
Circulante			668.621	650.996	1.208.600	1.287.451
Não circulante			3.301.975	2.552.161	4.515.744	4.121.358

A movimentação do saldo de debêntures é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Saldo no início do período	3.203.157	3.210.525	5.408.809	5.162.689
Adições	895.847	-	1.043.507	-
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº9.a)	-	-	86.102	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	137.867	109.593	238.627	206.064
Pagamento de principal	(184.000)	(232.000)	(836.568)	(252.549)
Pagamento de juros	(82.275)	(51.638)	(216.133)	(137.201)
Saldo no final do período	3.970.596	3.036.480	5.724.344	4.979.003

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

1ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

Notas Explicativas

2ª Emissão

Em 12 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a Companhia adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Controlada. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma: Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros; em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Em 04 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/16 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/19 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 3º aditamento para inclusão da Fiança da Interviente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em 15 de maio de 2019.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04 de março de 2016 105,7% do CDI *over* -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI *over*, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2020 107% do CDI *over*, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107,5% do CDI *over*, pagos semestralmente a partir da data de

Notas Explicativas

emissão sempre no dia 17 dos meses de junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

Em 11 de junho de 2018, foi firmado um aditivo à 2ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data vencimento das Debêntures para 17 de junho de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das Debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 110,75% do CDI sendo o primeiro pagamento em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

3ª Emissão

Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 2 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Em 17 de maio de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$185 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,50% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 17 de maio de 2019.

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 1º aditamento para inclusão da Fiança da Interviente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em 17 de maio de 2019.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,80% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2018.

Em 14 de dezembro de 2018, foi firmado um aditivo à 1ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data vencimento das debêntures para 29 de dezembro de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor

Notas Explicativas

nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 2,56%a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

1ª Emissão (EcoRodovias Infraestrutura – Cessão de dívida)

Em 24 de abril de 2015, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória em duas séries, no valor nominal total de R\$600 milhões.

Em 10 de agosto de 2016, foi firmado o 2º aditamento da Escritura onde a Emissora (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.) cedeu à Fiadora (Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) a totalidade dos direitos e obrigações por ela adquiridos e assumidos nos documentos relativos as Debêntures, mediante a substituição da posição contratual da Emissora pela Fiadora e assunção da Dívida representada pelas Debêntures pela Fiadora (“cessão”). Em virtude da Cessão a Fiadora passou a ser a nova emissora das Debêntures, sendo certo, portanto, que a Emissão (após a Cessão) não contou mais com garantia fidejussória da Fiadora ou terceiros.

- (i) 1ª série R\$232 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,18% a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2018, amortização paga em uma parcela, no dia 15 de abril de 2018;
- (ii) 2ª série R\$368 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,42% a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

2ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$800 milhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$240 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 0,79%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2018, amortização paga em três parcelas anuais, no dia 15 de outubro nos anos de 2016 a 2018;

Notas Explicativas

- (ii) 2ª série R\$160 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,0%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2019, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2018 e 2019;
- (iii) 3ª série R\$400 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,35%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2020 a 2022.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

3ª Emissão

Em 18 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$215 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 114,0% do CDI *over*, pagos em duas parcelas semestrais e uma parcela trimestral, o primeiro pagamento foi em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 19 de fevereiro de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

4ª Emissão

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025. A controlada direta Concessionária Ecovias dos Imigrantes adquiriu a totalidade das debêntures e as apresenta em suas demonstrações na rubrica "Partes Relacionadas".

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

5ª Emissão

Em 22 de junho de 2017, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$100 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 109,0% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 22 de dezembro de 2018.

Em 17 de dezembro de 2018, foi formalizado o 1ª aditivo à 5ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data vencimento para 22 de dezembro de 2019. Tendo em vista a alteração da data

Notas Explicativas

de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 114,85% do CDI over, pagos em 22 de dezembro de 2018 e junto com a amortização em 22 de dezembro de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

6ª Emissão

Em 14 de dezembro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$1.100 bilhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$319.550 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,0% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;
- (ii) 2ª série R\$750.450 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 110,25% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2022, amortização paga em duas parcelas anuais, em 15 de novembro de 2021 e 15 de novembro de 2022;
- (iii) 3ª série R\$30.000 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 6,0% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de novembro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2024, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2023 e 2024;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

7ª Emissão

Em 7 de julho de 2018, foi realizada a 7ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$350 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 7,4438% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de junho, o primeiro pagamento será em 15 de junho de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de junho de 2025, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de junho nos anos de 2024 e 2025;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

8ª Emissão

Em 22 de maio de 2019, foi realizada a 8ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries, no valor nominal total de R\$900 milhões.

Notas Explicativas

(i) 1ª série R\$833.675 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,30%a.a pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em parcela única na data do vencimento;

(ii) 3ª série R\$66.325 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,5031%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento será em 15 de abril de 2020 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2026, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de abril nos anos de 2025 e 2026;

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

1ª emissão

Em 15 de agosto de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$225 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 117,50% do CDI over, pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2018 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 15 de agosto de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.

Em 02 de Março de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia real fidejussória em série única, no valor nominal total de R\$90 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 9,0% a.a pagos semestralmente a partir da data de emissão, o primeiro pagamento foi em 15 de junho de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 17 de Dezembro de 2029.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	30/06/2019			31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2020	516.464	(1.262)	515.202	695.602	(2.335)	693.267
2021	572.136	(2.555)	569.581	567.277	(1.743)	565.534
2022	572.176	(1.723)	570.453	567.320	(910)	566.410
2023	15.988	(1.136)	14.852	15.593	(322)	15.271
2024	849.661	(548)	849.113	15.593	(236)	15.357
2025	782.901	(127)	782.774	696.398	(76)	696.322
	3.309.326	(7.351)	3.301.975	2.557.783	(5.622)	2.552.161

Notas Explicativas

	Consolidado					
	30/06/2019			31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2020	817.812	(2.410)	815.402	1.452.406	(7.010)	1.445.396
2021	698.607	(6.331)	692.276	690.190	(5.464)	684.726
2022	981.695	(4.191)	977.504	964.979	(3.163)	961.816
2023	359.283	(2.752)	356.531	346.907	(1.509)	345.398
2024	1.176.661	(1.501)	1.175.160	330.135	(654)	329.481
Posteriores a 2024	508.319	(9.448)	498.871	354.612	(71)	354.541
	4.542.377	(26.633)	4.515.744	4.139.229	(17.871)	4.121.358

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	< 3,5x > 2,0x	1,22x 8,59x
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	> 20% ≥ 1,20x < 4,0x ≤ 5,5x	36,07% 2,40x 2,97x 3,65x
Ecosul	1ª 2ª 3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x < 3,0x ≤ 3,5x	0,98x 0,98x 0,98x
Ecorodovias Concessões	1ª 2ª 3ª 4ª 5ª 6ª 7ª 8ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda Ebitda /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x < 3,75x > 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,0x ≤ 3,75x ≤ 4,00x	2,61x 2,61x 4,13x 2,61x 4,60x 2,61x 4,60x 2,61x 4,60x 2,61x 2,46x
Eco135	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,46x

Notas Explicativas

O *covenants* não financeiras prevê cláusula de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
	2ª série	15/10/2012	160.000	(4.417)	155.583	IPCA + 5,0% a.a	11,47% a.a.
	3ª série	15/10/2012	400.000	(11.043)	388.957	IPCA + 5,35% a.a	11,41% a.a.
	2ª série	24/04/2015	368.000	(2.609)	365.391	CDI + 1,42% a.a.	12,03% a.a.
	Série única	18/11/2016	215.000	(248)	214.752	106,0% CDI	9,09% a.a.
	Série única	12/04/2017	300.000	(112)	299.888	105,5% CDI	6,98% a.a.
Ecorodovias Concessões e Serviços	Série única	22/06/2017	100.000	(198)	99.802	114,85% CDI	6,28% a.a.
	1ª série	14/12/2017	319.550	-	319.550	106,0% CDI	6,78% a.a.
	2ª série	14/12/2017	750.450	(2.908)	747.542	110,25% CDI	7,06% a.a.
	3ª série	14/12/2017	30.000	-	30.000	IPCA + 6,0% a.a.	10,74% a.a.
	Série única	04/07/2018	350.000	(1.972)	348.028	IPCA + 7,4438% a.a.	12,23% a.a.
	1ª série	22/05/2019	833.675	(4.154)	829.521	CDI + 1,30% a.a.	7,75% a.a.
	2ª série	22/05/2019	66.325	-	66.325	IPCA + 5,5% a.a.	10,29% a.a.
Ecovias dos Imigrantes	1ª série	15/04/2013	200.000	(6.890)	193.110	IPCA + 3,80% a.a.	9,87% a.a.
	2ª série	15/04/2013	681.000	(23.462)	657.538	IPCA + 4,28% a.a.	9,98% a.a.
	1ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,74% a.a.
	2ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,87% a.a.
	3ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,83% a.a.
Ecopistas	4ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,75% a.a.
	1ª série	14/07/2017	100.000	(206)	99.794	105,0% do CDI	6,81%a.a.
	2ª série	14/12/2017	70.000	(144)	69.856	105,5% do CDI	6,75%a.a.
	3ª série	14/12/2017	40.000	(82)	39.918	105,5% do CDI	6,75%a.a.
	4ª série	14/12/2017	40.000	(82)	39.918	105,5% do CDI	6,75%a.a.
Eco101	Série única	30/06/2017	25.000	(242)	24.758	CDI + 2,56% a.a.	9,03% a.a.
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	(258)	147.742	107,0% CDI	11,12% a.a.
Ecosul	Série única	17/01/2017	50.000	(122)	49.878	110,75% CDI	8,13% a.a.
Ecosul	Série única	02/06/2017	50.000	(175)	49.825	107,0% CDI	7,28% a.a.
Eco135	1ª emissão	15/08/2018	225.000	(953)	224.047	117,5% CDI	7,51% a.a.
Eco050	Série única	02/03/2018	90.000	(13.904)	76.096	IPCA + 9% a.a.	13,90% a.a.
			<u>5.982.000</u>	<u>(87.201)</u>	<u>5.894.799</u>		

Notas Explicativas

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	4.609	4.989	6.447	8.206
Circulante	2.683	3.063	4.123	5.882
Não circulante	1.926	1.926	2.324	2.324

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Adoção inicial CPC06 (R2) (vide Nota Explicativa nº3)	4.989	5.514	8.206	10.165
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	2.000	2.277	3.352	4.497
Pagamento principal	(380)	(126)	(1.759)	(697)
Pagamento de juros	(2.000)	(2.277)	(3.352)	(4.497)
Saldo no final do período	4.609	5.388	6.447	9.468

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Controladora	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado			
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receita	Juros de Mútuo	Juros de Cessão de Dívida	Juros de Debêntures Privada	Custos e Despesas
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.(b)	Controlada	1.427	-	-	9.124	-	-	-	-
Empr.Concess.de Rodovias do Sul S.A. Ecosul(b)	Controlada	1.315	-	-	8.407	-	-	-	-
Empr.Concess.de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (d)	Controlada	25	-	25	150	-	-	-	150
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.(b)	Controlada	5.377	-	-	35.125	-	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (i)	Controlada	-	-	1	-	-	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (e)	Controlada	-	-	51	-	-	-	-	153
Rodovia das Cataratas S.A.(b)	Controlada	1.709	-	-	10.927	-	-	-	-
Rodovia das Cataratas S.A. (f)	Controlada	-	-	-	347	-	-	-	347
Conc.Rod.Ayrton Senna e C. Pinto S.A. Ecopistas(b)	Controlada	2.067	-	-	13.212	-	-	-	-
Conc.Rod.Ayrton Senna e C. Pinto S.A. Ecopistas (a)	Controlada	-	146.754	-	-	5.220	-	-	-
Conc.Rod.Ayrton Senna e C. Pinto S.A. Ecopistas (k)	Controlada	-	280.292	-	-	-	-	8.795	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.(i)	Controlada	10	-	2	-	-	-	-	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.(b)	Controlada	499	-	-	3.188	-	-	-	-
Ecorodoanel S.A. (i)	Controlada	9	-	-	-	-	-	-	-
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (i)	Controlada	3	-	-	-	-	-	-	-
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Controlada	794	-	-	5.079	-	-	-	-
Cons.Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte(b)	Controlada	354	-	-	2.262	-	-	-	-
Conc.Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (o)	Controlada	288	-	538	60	-	-	-	112
Ecoporto Santos S.A.(b)	Outras partes relacionadas	61	-	-	388	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (i)	Outras partes relacionadas	-	-	1	-	-	-	-	-
Termares Terminais Marítimos Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	121	-	-	771	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(l)	Controladora	-	-	312	-	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(g)	Controladora	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(c)	Controladora	-	-	-	-	10.535	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(h)	Controladora	-	-	-	-	-	-	2.698	-
Total em 30 de junho de 2019		14.059	427.046	930	89.040	15.755	18.810	11.493	762
Total em 31 de dezembro de 2018		189.363	1.311.744	44.626					
Total em 30 de junho de 2018					120.839	25.042	-	-	608

Notas Explicativas

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado			
		Circulante	Não circulante/ Intangível	Circulante	Receita	Juros de Mútuo	Juros de Cessão de Dívida	Juros de Debêntures Privada	Custos e Despesas
Ecoporto Santos S.A.(b)	Outras partes relacionadas	61	-	-	388	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (i)	Outras partes relacionadas	-	-	1	-	-	-	-	-
Termares Terminais Marítimos Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	121	-	-	771	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (l)	Controladora	-	-	312	-	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (j)	Controladora	-	-	107	-	-	-	-	322
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (g)	Controladora	-	-	-	-	10.535	18.810	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora	-	-	-	-	-	-	2.698	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecorodoanel S.A. (i)	Outras partes relacionadas	9	-	1	-	-	-	-	-
CBB Ind. e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda.(m)	Outras partes relacionadas	-	24.484	2.138	-	-	-	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda.(m)	Outras partes relacionadas	-	1.458	157	-	-	-	-	-
Consorcio MG135 (q)	Outras partes relacionadas	-	8.336	-	-	-	-	-	-
Consórcio Alças da Ponte (n)	Outras partes relacionadas	-	77.978	23.829	-	-	-	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos (p)	Outras partes relacionadas	-	47.147	15.010	-	-	-	-	-
Total em 30 de junho de 2019		191	159.403	41.555	1.159	10.535	18.810	2.698	322
Total em 31 de dezembro de 2018		174.211	1.071.679	49.510	2.539.301	19.999	19.549	2.819	5.974
Total em 30 de junho de 2018									

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- a) O valor de R\$146.754 (R\$142.374 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI + 1,20% a.a. com vencimento até 31 de março de 2025.
- b) A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$181.109, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços já incorridos em 30 de junho de 2019 é de R\$13.904 (R\$21.648 em 31 de dezembro de 2018).
- c) Em 14 de junho de 2019 ocorreu a liquidação do contrato de mútuo com a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O contrato de mútuo foi atualizado pela taxa fixa para 105,0% do CDI, e seu vencimento será 12/06/2020.
- d) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com a controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controlada.
- e) A Companhia celebrou contrato de locação de seu prédio administrativo localizado na Rodovia dos Imigrantes km 28,5 com sua controlada direta Ecovias dos Imigrantes. O valor mensal da locação é de R\$25.
- f) A Companhia e sua controlada Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Rodovia das Cataratas cede para a Companhia o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra óptica (Ecocataratas loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 30 de junho de 2019, esse valor atualizado é de R\$58 por mês.
- g) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. o qual será ajustado nos mesmo termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: - 1º série CDI+1,18% a.a. com vencimento em 15 de abril de 2018 e - 2º série CDI 1,42%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2020, em 14 de junho de 2019 ocorreu a liquidação do referido contrato.
- h) A Companhia teve em 14 de junho de 2019 a liquidação das debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$80 milhões, sem atualização monetariamente, e com juros remuneratórios de 105,50% do CDI over, os juros e amortização seriam pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020, com a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

- i) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores.
- j) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da controlada Ecosul que pertence a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O saldo em aberto a pagar de R\$54 (de aluguéis já realizados) tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- k) Em 12 de julho de 2017, a controlada direta Concessionária Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. Ecopistas realizou a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a Companhia adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Controlada. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma: Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros; em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- l) Refere-se ao rateio de custos da remuneração dos diretores compartilhados entre a Companhia e a Controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística (vide nota de remuneração dos administradores).
- m) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$124.830. O prazo para execução desses será até 31 de maio de 2020. Os saldos em aberto a pagar em 30 de junho de 2019 é de R\$2.295 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- n) O Consórcio Alças da Ponte, pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O preço global firmado é de R\$228.605 e o prazo de execução desses serviços é 31 de março de 2020. Em 30 de junho de 2019 o saldo em aberto a pagar de R\$23.829 (de serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- o) A Companhia e sua Controlada direta Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - ECOPONTE assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Controlada cede para Companhia o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra Óptica (Ecoponte loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 30 de junho de 2019 este valor atualizado é de R\$ 10 por mês.

Notas Explicativas

- p) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviços de implantação da conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP 150, municípios de Santos e Cubatão. O preço global firmado é de R\$184.837 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2020. Em 30 de junho de 2019, o saldo em aberto de R\$15.010 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- q) O Consórcio MG-135, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviço de execução da infraestrutura das 06(seis) Praças de Pedágios a serem implantadas nas rodovias sob concessão da Controlada. O preço global firmado é de R\$30.734 que finalizou a execução destes serviços em 20 de março de 2019. Em 30 de junho de 2019, não há saldos em aberto (de serviços já realizados).

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 30 de junho de 2019, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o período de 2019 em R\$8.388 (R\$19.633 em 31 de dezembro de 2018), contemplando custos adicionais referentes ao rateio do pagamento de remuneração de alguns de seus diretores, os quais poderão ser diretamente pagos pela sua controladora direta, nos termos do contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração provisionada aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Remuneração (fixa/variável)	482	5.137
Plano de retenção	-	2.480
Plano de opção com base em ações	-	83
Previdência privada	40	88
Remuneração baseada em ações	726	(1.604)
Assistência médica	47	69
Seguro de vida	2	1
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	332	453
	<u>1.629</u>	<u>6.707</u>

Notas Explicativas**17. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO**

i) Outorgas fixas e variáveis

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Parcelas:		
Variável - Ecovias (a)	1.148	1.482
Variável - Ecopistas (a)	392	445
Outras Ecovia - Verba de fiscalização (b)	278	278
Outras Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (c)	383	588
Variável - Ecosul (d)	280	232
Outras Ecocataratas - Verba de fiscalização (e)	325	325
Taxa de fiscalização - Ecofonte (f)	290	276
Taxa de fiscalização - Eco101 (g)	557	532
Outras Ecocataratas - PRE/PRF (h)	2.400	2.663
Fixas - Eco135 (i)	855.395	767.527
Credor Pela Concessão - ECO050 (j)	455	-
	<u>861.903</u>	<u>774.348</u>
Circulante	13.793	9.518
Não circulante	848.110	764.830

- a) A parcela variável das controladas diretas Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- b) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 30 de junho de 2019, o valor atualizado mensal é de R\$278 (R\$278 em 31 de dezembro de 2018).
- c) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada direta Ecovia, provisionados mensalmente conforme contrato de concessão e realizados conforme demanda da Polícia Rodoviária Federal e Estadual.
- d) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- e) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30 de junho de 2019, a parcela reajustada é de R\$325 (R\$325 em 31 de dezembro de 2018).
- f) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 30 de junho de 2019, o valor atualizado é de R\$290 (R\$276 em 31 de dezembro de 2018).
- g) Taxa de fiscalização da controlada direta Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 30 de junho de 2019, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$557 (R\$532 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

- h) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada direta Ecocataratas, provisionados mensalmente conforme contrato de concessão e realizados conforme demanda da Polícia Rodoviária Federal e Estadual.
- i) Conforme contrato de concessão da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 mil com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947.
- j) Refere-se a verba de fiscalização da controlada indireta Concessionaria de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A., recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes (ANTT). O valor mensal em 30 de junho de 2019 corresponde à R\$455.

Adicionalmente, as controladas diretas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

As controladas diretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

A movimentação das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	30/06/2019	30/06/2018
Saldo no início do período	774.348	13.062
Adição	-	2.060.000
AVP da constituição (*)	-	(1.407.823)
Aquisição de participação (Vide Nota Explicativa nº9.a)	455	-
Intangível	1.159	-
Realização do AVP (**)	18.134	-
Custo (vide Nota Explicativa nº 24)	23.350	21.129
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 25)	34.494	(50)
Custos financeiros (**)	35.239	-
Pagamento do principal	(25.276)	(28.567)
Saldo no fim do período	<u>861.903</u>	<u>657.751</u>

(*) Refere-se ao Contrato de Concessão da Controlada Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

(**) Conforme item 32 do Pronunciamento técnico CPC04 - Ativos Intangíveis, a controlada Eco135 está capitalizando os custos financeiros até a data do início da cobrança de pedágio.

Notas Explicativas

ii) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A concessionária também é responsável pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir:

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista administrando 176,8 quilômetros de extensão.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária tem como objeto exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária tem como objeto a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.
- Verba de fiscalização ANTT: a concessionária deverá recolher a ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.
- Verba de segurança no trânsito: a concessionária deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados a prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;

Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- promover a recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do Sistema Rodoviário do lote que compreende o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Edital nº 001/2013 Parte VII", celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assunção do Contrato.

Conforme definido pela ANTT, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em quatro frentes:

- Frente de Recuperação e Manutenção;
- Frente de Ampliação de Capacidade e Manutenção de nível de serviço;
- Frente de Conservação;
- Frente de Serviços Operacionais.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2019, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos relativos a Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. e da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A., estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

Natureza dos custos	30/06/2019							Total
	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	
Melhorias na infraestrutura	61.759	140.341	205.790	43.372	61.026	1.483.853	473.741	2.469.882
Conservação especial (manutenção)	10.943	66.570	174.150	132.029	428.593	697.399	433.157	1.942.841
Equipamentos	10.941	37.612	54.866	9.277	236.125	361.269	88.814	798.904
Total	83.643	244.523	434.806	184.678	725.744	2.542.521	995.712	5.211.627

Notas Explicativas

Natureza dos custos	31/12/2018							
	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	Total
Melhorias na infraestrutura	61.976	169.068	277.598	47.595	78.657	1.557.704	578.503	2.771.101
Conservação especial (manutenção)	27.147	68.280	179.458	153.410	428.813	682.198	427.050	1.966.356
Equipamentos	10.977	37.515	54.393	9.075	231.126	355.576	86.959	785.621
Total	100.100	274.863	511.449	210.080	738.596	2.595.478	1.092.512	5.523.078

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável a Ecopistas, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas. A Fazenda Pública do Estado e a ARTESP recorreram da desta decisão em 11 de maio de 2018, estamos no aguardo do julgamento deste recurso na 2ª Instância.

Em 24 de abril de 2018, a Ecovias dos Imigrantes assinou com Artesp um aditivo contratual, que incluiu obras no valor de R\$270 milhões no contrato de concessão, que será reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, com extensão do prazo da concessão em 7 meses e 24 dias.

18. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

(i) Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente - DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Não há julgamento final ainda.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Notas Explicativas

(ii) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. A Concessionária Ecovia e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 6 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

(iii) Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas

Acerca do inquérito policial nº 5002963-29.2015.404.7013 e do inquérito policial relacionado a promulgação da Medida Provisória 752/2016, a Companhia informa que ambas investigações estão sendo conduzidas atualmente pela 23ª Vara Federal de Curitiba/PR, após declínio de competência do juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, pois os fatos em investigação não estão vinculados a atribuição exclusiva daquela vara para apuração de irregularidades. Com relação as buscas e apreensões para obter informações sobre as subsidiárias da Companhia Concessionaria Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas, prisão temporária de 1 (um) diretor superintendente e preventiva de 1 (um) colaborador (ambos já em liberdade e afastados dos seus cargos) cujas ordens emanaram do processo de busca e apreensão nº 5036128-042.2018.4.04.7000, a Companhia informa que foi oferecida e aceita denúncia contra estes dois executivos nos autos da ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000 em curso perante a 23ª Vara Federal de Curitiba/PR. As subsidiárias Concessionaria Ecovia Caminho do Mar, Rodovia das Cataratas – Ecocataratas e Ecorodovias Concessões e Serviços informam que não foram objeto de denuncia em ação penal, apenas seus executivos afastados, havendo pedido do Ministério Público Federal de fixação de montante mínimo para reparação de danos, estimado para a Ecovia a importância de R\$200.499 e para a Ecocataratas a importância de R\$935.476. A Companhia e suas investidas estão sujeitas às Leis 8.429/92 e 12.846/13 e, se os fatos veiculados se provarem verdadeiros, eventuais penalidades poderão ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia e suas investidas. A Companhia está atualmente apurando os fatos alegados na denúncia e consultando seus assessores legais, a fim de avaliar, quanto a potenciais ações que eventualmente venham a ser apresentadas no futuro, os riscos envolvidos, as possíveis alternativas e argumentos de defesa. Entretanto, no momento, não é possível determinar uma perda provável decorrente de obrigação presente advinda de evento passado ou mensurar de forma precisa o eventual risco envolvido. Isso tendo em vista que, entre outros fatores: (i) o Ministério Público Federal não entrou com ação contra a Companhia ou suas subsidiárias com base nos eventos acima mencionados; e (ii) não está claro, até o momento, em qual medida as alegações do Ministério Público Federal estão corretas e quais pedidos e evidências seriam utilizados para embasar as alegações. No complemento dos procedimentos internos realizados pela administração da Companhia em conformidade com o Comitê

Notas Explicativas

Corporativo de Gestão de Crises, o Conselho de Administração, cumprindo com seu dever de diligência, aprovou em 7 de março de 2018 a criação de um Comitê Independente para reporte direto ao Conselho de Administração, com as seguintes responsabilidades: (a) apurar, com independência, cautela e responsabilidade, de maneira justa e imparcial, as alegações feitas contra a Companhia e suas subsidiárias, (b) realizar a contratação de empresa externa, independente e especializada para auxiliar na investigação interna dos fatos indicados no item anterior, (c) aprovar o plano de investigação, (d) receber e analisar as informações encaminhadas pela equipe responsável pela investigação, seja ela interna ou externa, (e) assegurar que a investigação seja conduzida de forma independente, zelando para que esta não seja impedida ou obstruída, (f) analisar e reportar ao Conselho de Administração as recomendações feitas pela equipe responsável pela investigação, (g) autorizar a equipe responsável pela investigação a se comunicar com autoridades competentes, inclusive reguladoras, para sanar dúvidas ou fazer questionamentos, (h) elaborar relatório final referente aos achados da investigação, bem como as recomendações do Comitê em relação as políticas internas e procedimentos relativos a investigação, assim como as medidas disciplinares e/ou legais cabíveis. Para o cumprimento do item b acima, a Companhia informou que de acordo com Ata da Reunião de Conselho da Administração realizada em 16 de abril de 2018, foi deliberada a contratação de empresas renomadas. O Comitê Independente procurou assegurar que a apuração empregasse metodologia de investigação forense reconhecida pelo mercado e que os trabalhos fossem conduzidos de forma abrangente e sem obstáculos, tendo resultado na análise de aproximadamente 19.000 documentos, 230.000 arquivos eletrônicos, 170 relatórios de integridade e 248 testes de transação.

Quanto ao desenvolvimento dos trabalhos de investigação independente, a Companhia informa que foram concluídos com a apresentação em 07 de fevereiro de 2019 do relatório final ao Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A, com apoio dos representantes dos renomados escritórios contratados. Os trabalhos do Comitê Independente foram inconclusivos em relação a existência de ilicitudes apontadas nas alegações do Ministério Público Federal e não indicaram o cabimento de medidas judiciais ou disciplinares. Ainda, o Comitê Independente alertou que o desdobramento das investigações do Ministério Público Federal poderá apresentar novas informações que, por sua vez, poderão potencialmente resultar em novas alegações ou evidências. O Comitê Independente encerrou seus trabalhos e foi dissolvido em 15 de fevereiro de 2019. Diante desse cenário, neste momento a Companhia não dispõe de elementos que a possibilitem identificar a existência ou não de potencial perda relacionada a esses eventos.

Acerca dos bloqueios judiciais realizados em 21 de março de 2019, no valor de R\$185.368, em contas bancárias mantidas em nome das Concessionárias Ecovia e Ecocataratas, conforme determinação emanada no âmbito do Arresto 5008589-29.2019.4.04.7000, em trâmite perante a 23ª Vara Federal de Curitiba-PR, como medida garantidora voltada a assegurar eventual ressarcimento no âmbito da ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000, também em curso perante a 23ª Vara Federal de Curitiba/PR, as Concessionárias apresentaram manifestação requerendo o desbloqueio dos valores, mediante a prévia substituição por seguro-garantia judicial. O Ministério Público Federal do Paraná manifestou ser favorável à substituição e atualmente o pedido aguarda decisão pelo juiz da 23ª Vara Federal de Curitiba/PR.

(iv) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada direta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") em Serra - ES, no âmbito da "Operação Infinita Highway".

Notas Explicativas

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia.

A Ecorodovias informa que foi instaurada uma auditoria interna com objetivo de apurar os fatos. A auditoria contará com apoio externo profissional para seus trabalhos.

Em 30 de junho de 2019 ainda não existem outras informações relevantes a serem divulgadas.

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxa média de 9,34% ao ano, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos das controladas diretas, revisadas anualmente. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Aquisição de Participação	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2019
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 24)	1.328.191	114.730	102.320	-	-	1.545.241
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 24)	(275.212)	(39.706)	(20.808)	-	-	(335.726)
Realização da manutenção	(929.908)	-	-	(58.978)	-	(988.886)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	197.404	18.664	-	-	20.342	236.410
	<u>320.475</u>	<u>93.688</u>	<u>81.512</u>	<u>(58.978)</u>	<u>20.342</u>	<u>457.039</u>
Circulante	79.074					118.020
Não circulante	241.401					339.019

	31/12/2017	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 24)	1.142.368	50.742	-	-	1.193.110
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 24)	(232.403)	(11.878)	-	-	(244.281)
Realização da manutenção	(809.532)	-	(44.419)	-	(853.951)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	169.191	-	-	14.101	183.292
	<u>269.624</u>	<u>38.864</u>	<u>(44.419)</u>	<u>14.101</u>	<u>278.170</u>
Circulante	90.503				113.874
Não circulante	179.121				164.296

20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente com taxa média de 9,86% ao ano, na data de registro da provisão, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos das controladas diretas.

Notas Explicativas

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Efeito financeiro	30/06/2019
Constituição da provisão para obras futuras	149.155	-	149.155
Efeito do valor presente sobre a constituição	(23.540)	-	(23.540)
Realização da construção	(47.803)	-	(47.803)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	19.055	729	19.784
	<u>96.867</u>	<u>729</u>	<u>97.596</u>
Circulante	71.841		74.418
Não circulante	25.026		23.178

	31/12/2017	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2018
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(47.321)	(159)	-	(47.480)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	15.939	-	1.558	17.497
	<u>65.266</u>	<u>(159)</u>	<u>1.558</u>	<u>66.665</u>
Circulante	57.568			57.409
Não circulante	7.698			9.256

21. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

A movimentação da provisão nos períodos é conforme segue:

	Controladora	
	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	632	632
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	123	123
(-) Pagamentos	(67)	(67)
(+) Atualização monetária	28	28
Saldos em 30 de junho de 2019	<u>716</u>	<u>716</u>

Notas Explicativas

	Controladora		
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	-	1.071	1.071
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	600	405	1.005
(-) Pagamentos	(300)	(182)	(482)
(+) Atualização monetária	38	43	81
Saldos em 30 de junho de 2018	338	1.337	1.675

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	63.893	9.025	5.873	78.791
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	62	1.070	690	1.822
(-) Pagamentos	10.572	2.642	48	13.262
(+) Atualização monetária	(1.933)	(1.296)	(2)	(3.231)
Saldos em 30 de junho de 2019	3.221	791	(359)	3.653
	75.815	12.232	6.250	94.297

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	66.661	10.721	8.630	86.012
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	2.709	2.621	416	5.746
(-) Pagamentos	(2.103)	(2.708)	-	(4.811)
(+) Atualização monetária	1.949	89	24	2.062
Saldos em 30 de junho de 2018	69.216	10.723	9.070	89.009

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias.

- A controlada direta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação dos juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$6.522. Em 30 de setembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 30 de junho de 2019, incluindo o valor do depósito complementar de R\$6.522, é de R\$59.349 (R\$51.649 em 31 de dezembro de 2018), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato

Notas Explicativas

de concessão” foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de junho de 2019, o montante de R\$404.117 (R\$209.187 em 31 de dezembro de 2018), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2019, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$43.113 (R\$41.412 em 31 de dezembro de 2018), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada direta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 30 de junho de 2019, também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$178.721 (R\$174.610 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

O principal processo tributário é conforme segue:

Processo na controlada direta Ecocataratas classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 2 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, pendente de julgamento. O valor correspondente à discussão, em 30 de junho de 2019 é de R\$129.804 (31 de dezembro de 2018 é de R\$128.386).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R\$696.715 e está representado por 696.715 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

Notas Explicativas

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de junho de 2019 o total de reserva legal é de R\$139.343 (R\$139.343 em 31 de dezembro de 2018).

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos no período findo em 30 de junho de 2019 de R\$60.000 refere-se a dividendos remanescentes do exercício de 2018 já aprovados na Assembleia Geral Ordinária em 15 de abril de 2019.

e) Participações de acionistas não controladores

	30/06/2018 Ajustado (*)
Saldo no início do período	97.948
Aquisição de participação de minoritários	(4.025)
Dividendos	(2.156)
Reserva de capital - plano de opções	3
Participação nos lucros do período	5.286
Saldo no fim do período	<u>97.056</u>

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3

Notas Explicativas

23. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findo em		Seis meses findo em		Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receita com arrecadação de pedágio:								
Pedágio em numerário	-	-	-	-	274.602	231.812	551.920	519.864
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	-	-	-	-	335.951	289.365	652.515	612.708
Vale-pedágio	-	-	-	-	80.548	62.990	146.037	123.850
Outras	-	-	-	-	38	172	63	312
	-	-	-	-	691.139	584.339	1.350.535	1.256.734
Receita de construção (d)	-	-	-	-	278.009	137.125	502.835	263.870
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	46.707	46.911	93.427	94.368	22.657	25.008	46.118	51.101
	46.707	46.911	93.427	94.368	300.666	162.133	548.953	314.971
Receita bruta	46.707	46.911	93.427	94.368	991.805	746.472	1.899.488	1.571.705
Deduções de receita bruta (e)	(5.253)	(5.279)	(10.460)	(10.569)	(66.273)	(57.588)	(130.200)	(122.863)
Receita líquida	41.454	41.632	82.967	83.799	925.532	688.884	1.769.288	1.448.842

(a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.

(d) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(e) Sobre as Receitas de Construção não há incidência de tributos:

Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findo em		Seis meses findo em		Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Base de cálculo de impostos								
Receita com arrecadação de pedágio (a)	-	-	-	-	691.139	584.339	1.350.535	1.256.734
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	46.707	46.911	93.427	94.368	22.657	25.008	46.118	51.101
	<u>46.707</u>	<u>46.911</u>	<u>93.427</u>	<u>94.368</u>	<u>713.796</u>	<u>609.347</u>	<u>1.396.653</u>	<u>1.307.835</u>
Deduções								
Cofins (3% concessionárias e 7,6% controladora)	(3.592)	(3.609)	(7.145)	(7.218)	(24.968)	(21.806)	(48.935)	(46.266)
PIS (0,65% concessionárias e 1,65% controladora)	(776)	(780)	(1.545)	(1.561)	(5.408)	(4.723)	(10.600)	(10.022)
ISS (2% a 5%)	(885)	(890)	(1.770)	(1.790)	(35.644)	(31.035)	(70.316)	(66.498)
Abatimentos	-	-	-	-	(253)	(24)	(349)	(77)
	<u>(5.253)</u>	<u>(5.279)</u>	<u>(10.460)</u>	<u>(10.569)</u>	<u>(66.273)</u>	<u>(57.588)</u>	<u>(130.200)</u>	<u>(122.863)</u>

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

Controladora	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2018		30/06/2018	
	30/06/2019	Ajustado (*)	30/06/2019	Ajustado (*)
Pessoal	24.869	22.006	51.814	43.456
Conservação e manutenção	2.044	2.137	4.151	3.337
Serviços de terceiros	7.385	3.323	14.894	7.655
Seguro	5	-	11	-
Depreciações e amortizações (vide Notas explicativas nº10 e 11)	3.144	3.256	6.472	6.456
Locações de imóveis e máquinas	1.066	2.109	2.038	3.988
Outros custos operacionais	1.825	2.290	3.120	3.406
	<u>40.338</u>	<u>35.121</u>	<u>82.500</u>	<u>68.298</u>
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	23.562	23.289	51.492	44.199
Despesas operacionais gerais e administrativas	16.776	11.832	31.008	24.099
	<u>40.338</u>	<u>35.121</u>	<u>82.500</u>	<u>68.298</u>

Notas Explicativas

Consolidado	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2019	30/06/2018 Ajustado (*)	30/06/2019	30/06/2018 Ajustado (*)
Pessoal	69.209	60.684	137.763	119.757
Conservação e manutenção	23.961	20.612	45.125	39.184
Serviços de terceiros (**)	34.932	28.031	69.116	59.194
Seguro	3.103	2.946	6.147	5.946
Depreciações e amortizações (vide Notas explicativas nº10 e 11)	124.458	108.615	237.766	215.018
Poder concedente (vide Nota Explicativa nº 17)	11.806	10.178	23.350	21.129
Locações de imóveis e máquinas	4.020	3.742	8.149	7.249
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	42.566	11.901	81.512	38.864
Custos de construção de obras	278.009	137.125	502.835	263.870
Outros custos e despesas operacionais	17.272	14.708	32.385	28.265
	609.336	398.542	1.144.148	798.476
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	570.162	367.604	1.069.225	736.084
Despesas operacionais gerais e administrativas	39.174	30.938	74.923	62.392
	609.336	398.542	1.144.148	798.476

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

(**) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

Notas Explicativas**25. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findo em		Seis meses findo em		Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2019	30/06/2018 Ajustado (*)	30/06/2019	30/06/2018 Ajustado (*)	30/06/2019	30/06/2018 Ajustado (*)	30/06/2019	30/06/2018 Ajustado (*)
Receitas financeiras:								
Receita de aplicações financeiras	13.739	10.670	26.779	26.806	22.139	18.245	47.000	42.337
Variação monetária sobre debêntures	1.248	141	1.248	141	2.900	433	2.900	433
Variação monetária créditos fiscais	2	305	4	694	1.595	951	2.242	2.013
Efeitos financeiros sobre direito de outorga	-	-	-	-	-	50	-	50
Receita sobre debêntures privada	5.732	5.658	11.493	11.328	1.264	1.408	2.698	2.819
Juros ativos sobre cessão da dívida	7.251	7.863	18.810	19.549	7.251	7.863	18.810	19.549
Juros sobre mútuo	7.582	12.282	15.755	25.042	4.930	9.753	10.535	19.999
Juros Capitalizados	-	-	-	-	18.571	7.158	30.466	13.669
Outras receitas financeiras	886	27	1.822	61	930	55	1.886	155
	36.440	36.946	75.911	83.621	59.580	45.916	116.537	101.024
Despesas financeiras:								
Juros sobre debêntures	(51.356)	(44.008)	(97.429)	(92.257)	(84.494)	(75.780)	(166.433)	(156.043)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(21.075)	(11.751)	(34.438)	(23.138)
Variação monetária sobre debêntures	(15.572)	(6.257)	(28.603)	(14.923)	(37.096)	(18.526)	(69.491)	(44.376)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(722)	(898)	(2.334)	(2.034)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(854)	(962)	(1.989)	(2.554)	(2.370)	(2.283)	(5.603)	(6.078)
Efeitos financeiros sobre direito de outorga	-	-	-	-	(34.494)	344	(34.494)	-
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção e construção de obras futuras	-	-	-	-	(11.037)	(7.830)	(21.071)	(15.660)
Atualização monetária obrigações fiscais	(19)	(69)	(28)	(81)	(2.196)	(1.178)	(3.660)	(2.060)
Juros sobre debêntures privada	(5.636)	(5.360)	(11.094)	(10.732)	-	-	-	-
PIS/COFINS s/ outras receitas financeiras	(2.970)	(3.010)	(6.689)	(6.657)	(3.776)	(3.656)	(8.329)	(7.957)
Juros sobre arrendamento mercantil - CPC06 (R2)	(978)	(1.139)	(2.000)	(2.277)	(1.569)	(2.249)	(3.352)	(4.497)
Outras despesas financeiras	(2.112)	(141)	(3.100)	(496)	(4.752)	(2.404)	(9.026)	(4.545)
	(79.497)	(60.946)	(150.932)	(129.977)	(203.581)	(126.211)	(358.231)	(266.388)
Resultado financeiro, líquido	(43.057)	(24.000)	(75.021)	(46.356)	(144.001)	(80.295)	(241.694)	(165.364)

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

Notas Explicativas

26. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

a) Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	30/06/2019	30/06/2018 Ajustado (*)
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	246.400	310.099
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	696.715	696.715
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>0,35</u>	<u>0,45</u>

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua a diluição com base no plano de opções, pois o plano é da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Notas Explicativas

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018 Ajustado (*)	30/06/2019	31/12/2018 Ajustado (*)
Dívida (a)	3.975.205	3.208.146	8.028.605	6.749.012
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(1.697.534)	(913.958)	(2.366.631)	(1.682.086)
Dívida líquida	2.277.671	2.294.188	5.661.974	5.066.926
Patrimônio líquido (b)	1.368.655	1.022.255	1.368.655	1.022.255
Índice de endividamento líquido	1,66	2,24	4,14	4,95

(*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 13, 14, 15 e 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas remunerados a taxa média ponderada de 97,6% do CDI em 30 de junho de 2019 (99,3% do CDI em 31 de dezembro de 2018), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 13, 14, 15 e 17.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2019 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
	Valor justo através do resultado		
Caixa e bancos (ii)		38.535	38.535
Clientes (i)	Custo amortizado	148.235	148.235
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Valor justo através do resultado	2.328.096	2.328.096
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	139.537	139.537
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	1.435.911	1.435.911
Debêntures (iii)	Custo amortizado	5.724.344	5.724.344
Arrendamento mercantil (iii)	Custo amortizado	6.447	6.447
Obrigações com Poder Concedente (iv)	Custo amortizado	861.903	861.903
<i>Phantom Stock Option</i> (v)	Custo amortizado	10.280	10.280

(i) O saldo das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo nas datas dos balanços.

(iii) Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.

(iv) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".

(v) O valor do *Phantom Stock Option* está registrado na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

Notas Explicativas

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) *Risco da taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

Notas Explicativas

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$98.533 (R\$84.737 em 31 de dezembro de 2018), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures ECOSUL	107,00% CDI	183.340	-	-	-
Debêntures ECOSUL	110,75% CDI	53.495	-	-	-
Debêntures ECOSUL	107,00% CDI	61.749	-	-	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80% a.a.	152.634	-	-	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28% a.a.	51.636	45.064	409.754	826.245
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25% a.a.	133.606	137.189	139.987	61.635
Debêntures Privadas - Ecopistas	105,00% CDI	22.183	8.190	8.775	130.292
Debêntures Privadas - Ecopistas	105,50% CDI	27.107	11.930	12.786	201.739
Debêntures - Eco101	CDI + 2,56% a.a.	3.328	26.116	-	-
Debêntures - ECO135	117,50% CDI	18.618	227.240	-	-
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00% a.a.	125.775	-	-	-
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35% a.a.	54.926	234.908	233.900	232.257
Debêntures - ECS	106,00% CDI	221.665	-	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42% a.a.	198.337	-	-	-
Debêntures Privadas - ECS	105,50% CDI	76.845	25.384	27.205	385.750
Debêntures - ECS	114,85% CDI	103.568	-	-	-
Debêntures - ECS	106,00% CDI	24.044	327.722	-	-
Debêntures - ECS	110,25% CDI	58.766	52.003	411.211	385.110
Debêntures - ECS	IPCA + 6,0% a.a.	3.162	2.087	2.194	44.311
Debêntures - ECS	IPCA + 7,4438% a.a.	29.194	29.482	30.991	548.016
Debêntures - ECS	CDI + 1,30% a.a.	70.255	63.408	63.677	946.988
Debêntures - ECS	IPCA + 5,50% a.a.	4.170	3.977	4.181	103.536
Finame ECOSUL	6,00% a.a.	53	21	-	-
Finame - Cataratas	2,50% a.a.	47	46	45	15
Finame - Cataratas	6,00% a.a.	189	8	-	-
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45% a.a.	7.256	6.847	6.411	14.507
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	34.376	32.006	8.221	15.679
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	26.545	26.545	26.545	172.542
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	34.079	34.100	34.100	272.802
Empréstimos e Financiamentos ECO101	21,27% a.a.	61	-	-	-
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48% a.a.	7.975	7.975	7.975	81.082
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48% a.a.	10.101	10.993	10.993	115.428
Capital de giro - Banco ABC Brasil - ECO050	CDI + 2,90% a.a.	22.838	-	-	-
Arrendamento Mercantil - ECO050	4,37% a.a.	790	-	-	-
BNDES- ECO050	TJLP + 2% a.a.	22.375	22.512	22.651	388.615
BDMG - ECO050	TJLP + 2% a.a.	9.090	9.131	9.173	155.197
CEF - FINISA - ECO050	TJLP + 2% a.a.	26.232	26.392	26.555	455.600
CEF - FDCO - ECO050	7,50% a.a.	16.678	16.100	15.548	159.693
Debêntures - ECO050	IPCA+9,00% a.a.	9.346	9.399	10.642	190.587
NP - Argovias	CDI + 2,25% a.a.	65.189	-	-	-
		1.971.623	1.396.775	1.523.520	5.887.626

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e das cestas de moedas, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (d)	Alta do CDI	142.493	178.116	213.739
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(350.943)	(401.947)	(452.608)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(249.743)	(264.454)	(279.036)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(4.166)	(5.207)	(6.248)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(9.103)	(9.318)	(9.533)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(106.099)	(131.638)	(157.170)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(577.561)</u>	<u>(634.448)</u>	<u>(690.856)</u>

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 30 de junho de 2019 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	8,00%	10,00%	12,00%
IPCA (b)	4,20%	5,25%	6,30%
TJLP (c)	6,10%	7,63%	9,15%

Fonte: Relatório de junho da consultoria 4E - cenário básico 2020.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

28. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o trimestre e semestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao descrito na seção intitulada "Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas", conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras

intermediárias individuais e consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 18 às informações financeiras intermediárias, estão ocorrendo investigações pelo Ministério Público Federal e determinadas denúncias que envolvem duas controladas diretas da Companhia. Em virtude dessas denúncias, o Conselho de Administração instalou um Comitê Independente para realizar as investigações internas pertinentes. Esse trabalho foi concluído, e o seu resultado, combinado com a opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, é, neste momento, inconclusivo. Conseqüentemente, não obtivemos evidência de auditoria suficiente para concluir sobre possíveis efeitos nas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, e nas divulgações adicionais que poderiam ser requeridas.

Conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção intitulada "Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de julho de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Alexandre Cassini Decourt

Audidores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, bem como o relatório com ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e Gestão de Pessoas

José Carlos Cassaniga

Diretor Executivo de Concessões Rodoviárias

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, bem como o relatório com ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e Gestão de Pessoas

José Carlos Cassaniga

Diretor Executivo de Concessões Rodoviárias

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico